

Onde a sua poupança rende.



RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2012

Abril
2013

www.bvc.cv



BOLSA DE VALORES

CABO VERDE

Onde a sua poupança rende.





CONTÚDOS

1. Mensagem do PCA	4
2. Principais indicadores	5
2.1 Indicadores financeiros	5
2.2 Indicadores do mercado	6
3. Conjuntura	8
3.1 Envolvente internacional e perspectivas para 2013	8
3.2 Envolvente nacional	12
4. Core-business	18
4.1 Operações em mercado primário	18
4.2 Operações em mercado secundário (trading)	20
4.3 Eventos corporativos	23
4.3.1 Pagamento juros	23
4.3.2 Pagamento Dividendos	25
4.3.3 Amortizações	26
4.4 Codificação ISIN	27
4.5 Formação	29
5. Outras actividades	30
5.1 Organização e Recursos humanos	30
5.2 Jurídica e regulamentação	34
5.3 Marketing e relações públicas	38
5.4 Informática	39
5.5 Responsabilidade social	40
6. Situação Patrimonial e Investimentos	40
6.1 Situação Patrimonial	40
6.1 Principais investimentos	41
7. Análise da Situação Económica e financeira	41
7.1 Situação Económica	41
7.2 Situação Financeira	44
8. Governo de sociedade	45
8.1 Estrutura acionista e capital social	45
8.2 Órgãos Sociais	45
8.3 Funcionamento do CA	46



8.4 Remuneração dos membros do CA	46
8.5 Fiscalização.....	46
9. Perspetivas futuras	46
10. Proposta de aplicação de resultados	47
11. Assinaturas	48
Anexo 1. Demonstrações Financeiras	49
Anexo 2. Notas às Contas	54

QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Financeiros	6
Quadro 2 - Indicadores do Mercado 2009/2012	7
Quadro 3 evolução cotações seguimento equity 2009/2012.....	8
Quadro 4 - Principais Indicadores Económicos 2009/2012	17
Quadro 5 - Colocação no Mercado Primário por Instituição Autorizada 2009/2012	19
Quadro 6 - Emissões no Mercado Primário por tipo de título 2009/2012	19
Quadro 7 - Emissões no Mercado Primário por Emitente 2009/2012	20
Quadro 8 - Volume de transações no mercado secundário por Banco 2009/2012	21
Quadro 9 - Volume de transações no mercado secundário por tipo de título 2009/2012	21
Quadro 10 - Volume de transações no mercado secundário por título 2009/2012.....	22
Quadro 11 - Número de transações por título no MS 2009/2012.....	23
Quadro 12 - Juros vencidos por Emitentes 2009/2012	24
Quadro 13 - Número de Eventos de Pagamento de Juros efetuadas por Emitentes 2009/2012	24
Quadro 14 - Taxa de Juros Nominal Média suportados por Emitentes 2009/2012	25
Quadro 15 - Montante de Dividendos pagos por emitente 2009/2012	25
Quadro 16 - Valor Unitário médio de dividendos suportados por Emitentes 2009/2012.....	26
Quadro 17 - Montante de Amortizações efetuadas por emitente 2009/2012	26
Quadro 18 - Número de Amortizações efetuadas por emitente 2009/2012	27
Quadro 19 - Situação Patrimonial.....	41
Quadro 20 - Situação Económica.....	42
Quadro 21 - Situação Financeira.....	44

FIGURAS

Figura 1 - Evolução cotações seguimento Equity 2009/2012	8
Figura 2 - Evolução das Emissões no Mercado Primário 2009/2012.....	19
Figura 3 - Evolução do Volume de transações no Mercado Secundário 2009/2012	21
Figura 4 - Evolução das Receitas entre 2009 / 2012	42
Figura 5 - Repartição das Receitas Em 2012	43
Figura 6 - Evolução dos Principais custos 2009/2012	43



1. Mensagem do PCA

Exmo. Sr. Acionista;

A economia mundial foi marcada, no ano de 2012, pelo contínuo abrandamento do ritmo de expansão das principais economias mundiais, tendo o crescimento sido mais acentuado nos países emergentes e mais moderado na generalidade das economias desenvolvidas.

No entanto, ao contrário daquilo que se verificou em 2011, no auge da crise financeira mundial, este ano foi considerado, em termos de resultados, satisfatório pois, a Bolsa de Valores conseguiu realizar várias atividades, entre os quais, a emissão das obrigações da Electra (1.202 mil contos), da Tecnicil (750 mil contos) e da ASA (450 mil contos) em que a procura foi mais do que o dobro da oferta.

No que diz respeito a relações institucionais, foi um ano marcado pelo Acordo de Cooperação realizado entre a Bolsa de Valores e a NYSE Euronext, através da sua subsidiária Euronext Lisbon. Um protocolo de ganhos mútuos mas, acima de tudo, uma oportunidade da Bolsa de Valores alcançar uma das maiores praças financeiras do mundo.

Ainda fruto desse acordo, iniciamos já uma parceria com a Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários visando a viabilização de operações internacionais de mercado, desempenhando a Interbolsa de entre outros aspetos, um papel chave de intermediação com investidores internacionais, transmitindo mais segurança e viabilidade ao projeto.

No plano interno é de realçar, por um lado, vários protocolos com as universidades e Escolas Secundárias, numa ótica de instituir nas mesmas, o projeto de Literacia Financeira, criando uma espécie de cultura financeira na sociedade Cabo-verdiana, instruindo e informando os cidadãos sobre temas e conceitos financeiros básicos, úteis à gestão do dinheiro e orçamento familiar, de forma a tomarem decisões económicas e financeiras fundamentadas e sensatas.

Por outro lado, com a reforma e entrada em vigor do Novo Código de Mercado de Valores Mobiliários, após 14 anos desde a entrada em vigor do Código original, um marco histórico na regulação financeira de Cabo Verde, desencadeou-se uma série de outras alterações legislativas necessárias, onde a Bolsa de Valores e seus normativos estiveram envolvidos. Deu-se lugar à atualização e publicação de duas Circulares de Bolsa (Circular nº1/2012-Processo de Admissão à



Cotação de Valores Mobiliários e Circular nº2/2012- Regras de Negociação de Operações) e publicação de uma nova Circular de Bolsa – Circular nº3/2012 relativo ao Código de Conduta que se reveste de particular importância pois, visa assegurar que a conduta dos intervenientes na Bolsa de Valores de Cabo Verde se pauta por princípios de elevada diligência profissional, de integridade e de transparência, reforçando assim a segurança do nosso mercado financeiro.

Em termos de resultados económicos e financeiros, de realçar que o exercício económico de 2012 encerrou com um volume de negócios de 70.169 contos, uma variação positiva de cerca de 3%, motivado pela realização de operações em mercado primário, e sobretudo pela Custodia mensal e manutenção anual na cotação com o aumento do número de empresas cotadas em Bolsa, fazendo com que o EBITDA fosse positivo e tivesse uma variação também positiva de cerca de 6,9% face a 2011.

A manutenção deste desempenho em termos de arrecadação de receitas contribuiu ainda para um Resultado Líquido de 12.015 contos, uma variação de cerca de 9,3%, face ao exercício de 2011 (10.903 contos).

Assim, em muito nos orgulha os resultados obtidos em 2012, uma motivação para continuarmos a projetar o mercado financeiro nacional com um mercado de referência.

O Presidente do Conselho de Administração

Manuel Joaquim De Lima

2. Principais indicadores

2.1 Indicadores financeiros

Os indicadores mostram uma robusta solidez e estabilidade financeira da Bolsa de Valores Cabo Verde, com destaque para os rácios de Solvabilidade e Autonomia Financeira que tiveram uma variação positiva de cerca de 57,3% e 11,6%, respetivamente face ao ano de 2011. De realçar ainda uma grande redução dos prazos médios de pagamentos, o que demonstra a boa capacidade da honra dos compromissos evidenciada pelos rácios de liquidez. Negativamente,



de frisar o aumento dos prazos médios de recebimentos, em que cerca de 3 clientes com uma concentração de mais 80% das dívidas a receber tem demonstrado dificuldades para o pagamento das faturas emitidas pela BVC.

QUADRO 1 - INDICADORES FINANCEIROS

Rácios	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12
Solvabilidade (CP/Passivo)	6,72	3,28	3,95	9,25	57,3%
Autonomia Financeira (CP/Ativo)	0,87	0,77	0,80	0,90	11,6%
Rentabilidade do Ativo (RL / Ativo)	-0,18	-0,03	0,14	0,14	4,7%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-0,20	-0,03	0,17	0,16	-7,7%
Liquidez Geral	1,21	0,95	1,64	4,03	59,2%
Liquidez Imediata	0,08	0,27	0,23	0,46	48,7%
PMR (dias)	35,52	49,26	107,71	141,18	23,7%
PMP (dias)	52,95	122,22	188,15	58,24	-223,1%

2.2 Indicadores do mercado

O ano de 2012 foi marcado essencialmente pelas operações realizadas no mercado primário da dívida pública, que fez aumentar para mais do dobro o número de títulos cotados (68). Igualmente foi razão pela qual houve um ligeiro aumento capitalização bolsista global, 18% face ao ano transato, que situou-se em cerca de 17% do PIB de Cabo Verde, considerando as estimativas do BCV para o PIB – 2012.

Relativamente ao mercado secundário (MS), de realçar a queda do Ratio Turnover de cerca de 1,9 pontos percentuais reforçando a tendência de queda do volume de transações, motivada provavelmente pela conjuntura macroeconómica, mas dando ao mesmo tempo, um claro sinal da necessidade maior dinâmica e desenvolvimento deste mercado por forma a refletir maior liquidez.



QUADRO 2 - INDICADORES DO MERCADO 2009/2012

Titulos Cotados	2009	2010	2011	2012
Nº Empresas Cotadas - Equity	4	4	4	4
Nº Corporate Bond Cotadas	12	16	16	16
Nº Municipal Bond Cotadas	0	2	2	2
Nº Obrigações Tesouro	8	8	9	46
total	24	30	31	68
Transações e Capitiz. Bolsist	2009	2010	2011	2012
Volume Emissões MP	4.938.765.000,00	3.342.614.000,00	2.980.000.000,00	11.482.360.000,00
Volume Transações MS	483.423.197,30	1.105.663.523,00	737.894.416,00	357.863.143,00
Nº de Transações no MS	292	167	136	65
Capitaliz. Bol Global (a)	18.163.147.860,80	21.848.304.480,80	22.975.507.025,13	28.211.141.816,80
Capitaliz. Seg Equity	6.822.083.100,00	7.303.600.400,00	8.331.232.225,00	7.009.195.350,00
Capitaliz. Seg Corp Bond	10.211.064.760,80	13.414.704.080,80	13.394.274.800,13	13.181.946.466,80
Capitaliz. Seg OT	1.130.000.000,00	1.130.000.000,00	1.250.000.000,00	8.020.000.000,00
Principais Indicadores	2009	2010	2011	2012
(%) Cap. Bol. Global/PIB (b)	14,3%	15,8%	15,3%	17,2%
Turnover Ratio (%) (c)	2,7%	5,1%	3,2%	1,3%
Var. Vol. Transações no MP		-47,75%	-12,17%	74,05%
Var. Vol. Transações no MS		56,28%	-49,84%	-106,19%
Var. Capt. Bolsista		16,87%	4,91%	18,56%

(a) Foram corrigidos, relativamente aos anos anteriores, montantes de títulos com blocos ou séries, que efetivamente, não foram admitidos à cotação. Casos dos BT ou das ações da Enacol.

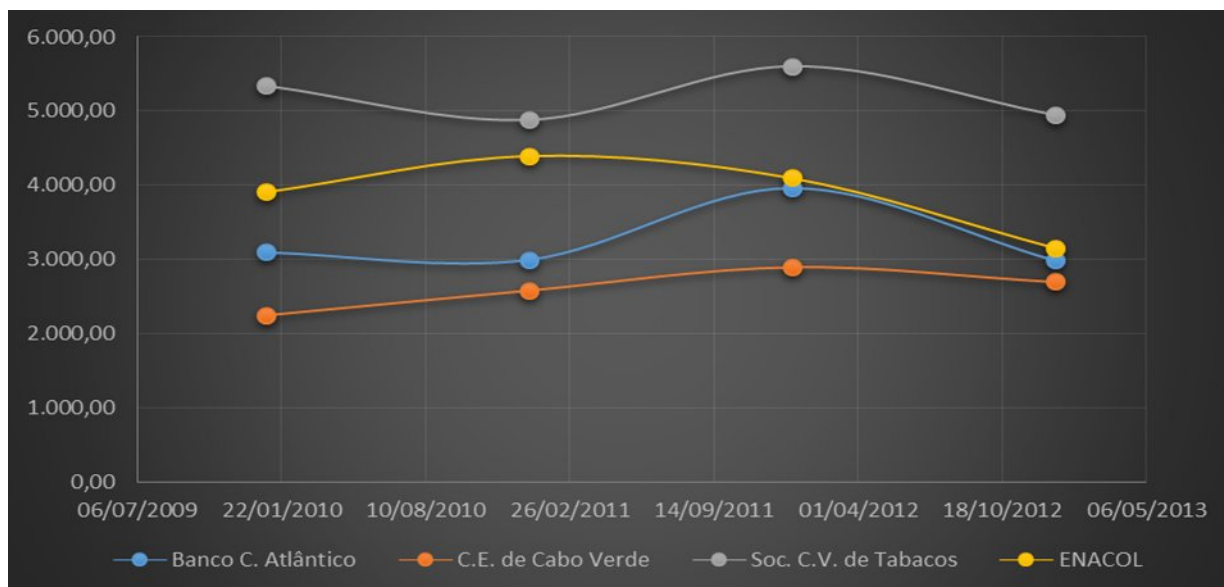
(b) Dados do PIB foram estimados pelo BCV e Ministério das Finanças e Planeamento

(c) Turnover Ratio = Volume transacionado no MS / Capitalização Bolsista

As 4 empresas cotadas no seguimento acionista têm tido uma oscilação estável nas respetivas cotações, sendo que em 2012 todas tiveram uma queda face ao igual período anterior.



FIGURA 1 - EVOLUÇÃO COTAÇÕES SEGUIMENTO EQUITY 2009/2012



QUADRO 3 EVOLUÇÃO COTAÇÕES SEGUIMENTO EQUITY 2009/2012

Título/Cotação	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Banco C. Atlântico	3.100,00	3.000,00	3.965,00	2.990,00
C.E. de Cabo Verde	2.250,00	2.585,00	2.900,00	2.700,00
Soc. C.V. de Tabacos	5.340,00	4.885,00	5.600,00	4.950,00
ENACOL	3.909,00	4.399,00	4.100,00	3.150,00

3. Conjuntura

3.1 Envolvente internacional e perspetivas para 2013

O ano de 2013 continuará a ser dominado pela **crise que afeta a zona euro** e pela continuada demonstração de incapacidade das instâncias europeias em encontrarem as respostas que conduzam à sua superação. Depois da Grécia, juntou-se a Irlanda e Portugal, a que se seguiram (embora sem pedido formal de ajuda) a Espanha e a Itália; e, agora, é Chipre que se vê obrigado a recorrer à intervenção da «troika», em mais um processo em que a imagem da Europa sai fortemente debilitada.



Cumulativamente, a política imposta ao conjunto dos Estados membros da U.E. no sentido de, num curto espaço de tempo (até 2016) e em simultâneo, independentemente dos défices ou excedentes externos registados, eliminarem os seus défices estruturais em matéria de contas públicas, conduziu a zona euro e a própria U.E. no seu conjunto para uma recessão anunciada. Países com elevados excedentes externos e com condições para adotarem políticas mais expansionistas que permitiriam absorver parte da capacidade produtiva dos países sujeitos a programas que limitam a capacidade de crescimento da sua procura interna, encetaram políticas de forte contenção orçamental, como sucedeu com a Alemanha, que regista uma forte estagnação da sua economia em 2012, com a Holanda que apresenta um acentuada decréscimo do produto ou como a Finlândia que viu o seu PIB decrescer em 2012 e projeta para 2013 um crescimento meramente residual.

O paradoxo disto tudo é que são os mesmos responsáveis que projetaram o reequilíbrio das economias com problemas de dívidas soberanas na base do incremento das suas exportações que agora lhes vedam essa possibilidade, cortando na procura externa relevante para essas economias que, como é sabido, assenta fundamentalmente no mercado único europeu.

É um facto que após o anúncio, no Verão de 2012, do BCE de que faria o que fosse necessário para salvar o euro, assistiu-se a uma progressiva acalmia dos mercados, fazendo baixar o risco de compra de títulos de dívida pública dos países com problemas financeiros da zona euro, o que conduziu a uma expressiva redução das taxas de juro cobradas considerados de maior risco, e tornou, aliás, possível que a maior parte deles (a exceção continua a ser a Grécia, cuja posição de partida era a mais penalizante) tivesse podido voltar aos mercados em empréstimos com maturidades que iam para além do período previsto de intervenção direta da «troika».

Se o cumprimento dos programas de ajustamento financeiro funcionou como garantia, durante uma primeira fase (digamos até 2 anos), de que os países iriam empenhar-se em respeitar os seus compromissos externos, a crescente consciência de que os programas de austeridade adotados poderão colocar esses mesmos países numa espiral recessiva, reduzindo a sua capacidade de criar riqueza e tornando o pagamento da dívida, mesmo com uma forte contenção na despesa, altamente improvável, poderá modificar a curto prazo esta acalmia dos mercados.



Se a isto se juntar uma crescente contestação das políticas de austeridade, como o resultado recente das eleições italianas são exemplo, a situação poderá ficar politicamente insustentável, sobretudo, se os responsáveis europeus mantiverem uma postura autista e não aceitarem rever toda a estratégia seguida na abordagem da crise.

No ano de **2012**, doze países da **U.E.** (nove dos quais da zona euro) registaram uma quebra da sua atividade e apenas três (as três ex-repúblicas soviéticas) tiveram um crescimento acima dos 2%. As quebras mais acentuadas tiveram lugar, por ordem decrescente, na Grécia (-6.4%), em Portugal (-3.2%), na Itália (-2.4%), em Chipre (-2.4%) e na Eslovénia (-2.3%). O balanço global, quer para a zona euro, quer para o conjunto da U.E., foi de uma evolução negativa em 2012 que se traduziu em quebras do Produto de, respetivamente -0.6% e -0.3% (com revisões em baixa das previsões).

Esta evolução compara com um crescimento da **economia mundial** de 3.2%, dos **E.U.A.** de 2.3% e do **Japão** de 2.0%, já para não referenciar as principais economias emergentes cujo crescimento esteve claramente acima destes valores. Ou seja, os “países avançados” no seu conjunto cresceram 4 vezes menos do que as “economias emergentes e em desenvolvimento”, mas a U.E. e, em especial os países da “zona euro”, não só perderam peso para estas últimas, como divergiram de forma acentuada em relação aos seus competidores diretos: E.U.A. e Japão.

Para **2013**, a evolução da U.E. e da “zona euro” continuará a ser dominada por uma tendência recessiva das respetivas economias, embora podendo – segundo a Comissão Europeia – registar algum ligeiro desagravamento dos seus indicadores mas, refira-se que a tendência vem sendo por revisões em baixa das perspetivas futuras, o que poderá também acontecer com os números para este ano).

De referir, que oito economias da U.E. deverão manter-se em terreno negativo (sete dos quais pertencentes à “zona euro”), com os casos mais gravosos a serem, os de Portugal (3º ano consecutivo de quebra do PIB, com uma variação negativa acumulada de cerca de 7%) e da Grécia (6º ano consecutivo de quebra do Produto, com um acumulado de 26%).



O diferencial da U.E. em relação ao conjunto das restantes economias agravar-se-á em 2013, dado que as outras economias avançadas deverão crescer (embora ligeiramente abaixo dos valores de 2012) e as economias emergentes, de acordo com as previsões do FMI, deverão mesmo registar uma aceleração do seu crescimento no presente ano (com o já habitual destaque da China que poderá vir a crescer 8.2%).

Em relação aos números do **4º trimestre de 2012** eles evidenciam que a situação na “zona euro” se agravou no final do ano com uma quebra de -0.9% no PIB, após os - 0.8% registados nos dois trimestres anteriores. Onze economias do euro tiveram uma variação negativa do produto neste trimestre (medida em termos homólogos), sendo que sete delas, ao registarem dois trimestres consecutivos de quebra do produto, podem considerar-se, de acordo com o respectivo conceito, em situação de recessão. As maiores quebras foram, como vinha sucedendo nos trimestres anteriores, as da Grécia (apesar de tudo, a desacelerar) e de Portugal (com a variação negativa a acelerar, em relação ao trimestre anterior). As maiores subidas ocorreram na Letónia (5.1%) e, já muito abaixo deste valor, em Malta (1.1%).

Os restantes quatro países do euro (Alemanha, Áustria, Eslováquia e Irlanda), registaram subidas inferiores a 1%.

Ao nível dos fatores envolventes: **preço das matérias-primas, taxas de câmbio e custo do dinheiro**, a evolução registada ao longo de 2012 não se afigurou, propriamente, desfavorável. Se a taxa de câmbio do euro face ao dólar, com oscilações ao longo do ano, terminou o mesmo com um valor idêntico (1.31) ao do final do ano anterior, as taxas de juro (com a taxa de referência do BCE a manter-se ao longo do segundo semestre do ano nos 0.75), medidas pelas taxas Euribor, registaram uma clara descida, passando, nos empréstimos a 3 meses, de 1.43 em Dezembro de 2011 para 0.19 em Dezembro do último ano (descida que, no caso português, não se refletiu com a mesma dimensão no custo do crédito).

Também as matérias-primas e, em particular, o preço do “brent” tiveram uma evolução em baixa em 2012. O preço do petróleo, em dólares, depois de uma subida registada no 1º



trimestre de 2012, encetou uma tendência de descida tendo terminado o ano a valer 109.3 dólares o barril.

Para 2013 as previsões conhecidas assentam na estabilização dos valores registados em 2012, admitindo-se alguma incerteza em relação à cotação do euro em função da evolução da crise que atinge a “zona euro”. No final do 1º trimestre de 2013 a cotação do euro face ao dólar baixou em resultado da instabilidade registada com o sistema financeiro em Chipre. Também as taxas Euribor subiram ligeiramente neste período, o mesmo sucedendo com o preço do “brent” que, em final de Fevereiro, estava a valer 113 dólares o barril (mas que em Março voltou a descer ligeiramente).

Em relação ao **índice do mercado bolsista** e seguindo o índice Dow Jones Euro Stoxx verifica-se uma clara tendência de subida ao longo de 2012, tendo o mesmo passado de 226 pontos em Dezembro de 2011 para 261 no mês homólogo do ano seguinte (após a descida do índice em 2011, este último número aproxima-se dos valores registados no final de 2010).

Para 2013, admite-se que a tendência de subida possa manter-se, com uma evolução que deverá pautar-se pela moderação dos acréscimos registados, em linha com as expectativas de crescimento da economia internacional.

3.2 Envolvente nacional

De acordo com os dados¹ do Banco de Cabo Verde, o enquadramento externo da economia cabo-verdiana permanece pouco favorável.

Indicadores da Procura

Os Indicadores de tendência da atividade económica nacional sugerem uma contração da procura interna e uma aceleração da procura externa líquida em 2012.

Os indicadores quantitativos do consumo apresentaram ao longo do ano, e especialmente no segundo e quarto trimestres do ano, uma tendência marcadamente descendente, explicada

¹ Relatório Indicadores Económicos & Financeiros Dezembro 2012.



sobretudo pela queda (em volume) das importações de bens de consumo não duradouros. Em termos acumulados, **o indicador do consumo registou uma diminuição de 4,4%, em termos nominais, em 2012 (+7,6% em 2011).**

A tendência de redução do consumo é também sugerida pela evolução dos indicadores de conjuntura do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), nomeadamente pela queda das vendas no comércio a retalho.

A evolução do consumo poderá ser explicada, por um lado, pela redução do rendimento disponível das famílias (em resultado da redução das remessas de emigrantes e dos rendimentos de empresas e propriedades, aliada à estagnação das transferências internas e salários), bem como do crédito ao consumo.

Por outro lado, a desaceleração das despesas do Governo Central também justifica a evolução estimada do consumo.

Relativamente aos indicadores de investimento, de notar que o aumento da formação bruta de capital fixo em transportes (determinado, essencialmente, pela aquisição de dois Boeings pelos TACV) não foi suficiente para compensar a redução dos investimentos em equipamentos e na construção. O comportamento desfavorável da FBCF em equipamentos estará relacionado com o esgotamento do efeito do investimento excecional realizado em 2011 no sector energético, enquanto o desempenho do sector da construção poderá ser justificado pelo aumento das restrições ao financiamento interno e externo da economia.

Assim, em termos acumulados, **o indicador agregado da formação bruta de capital fixo registou uma queda de 6,5% em 2012 (+19,2% em 2011).** Informações provisórias sugerem **um aumento significativo do contributo da procura externa para o crescimento**, explicado principalmente pela queda das importações de mercadorias e aumento das receitas de turismo.

Do lado da oferta, a evolução do **indicador de clima económico sugere uma desaceleração da atividade económica em 2012**, em função do comportamento desfavorável dos sectores dos transportes, indústria e comércio. A atender à evolução dos indicadores de confiança, bem



como à evolução dos indicadores quantitativos infere-se que o turismo tenha sido o sector da atividade económica mais dinâmico em 2012. Registe-se também que dados provisórios sugerem algum aumento do contributo da agricultura e das pescas para o crescimento em 2012.

Inflação

Os preços no consumidor estabilizam em termos médios anuais e aceleram em termos homólogos.

A taxa de inflação média anual fixou-se nos 2,5% em Dezembro de 2012, dois pontos percentuais abaixo do valor registado em período homólogo. A desaceleração os preços no consumidor ao longo de 2012 reflete, em larga medida, a inversão da tendência dos preços internacionais de bens alimentares e combustíveis, bem como a estimada redução da procura interna. Registe-se ainda que, a evolução média anual do IPC excluindo energia e do IPC excluindo energia e bens alimentares não transformados sugere uma deflação dos preços dos bens alimentares não transformados, que poderá estar parcialmente relacionado com algum aumento da produção doméstica de frescos, numa conjuntura de redução da procura interna.

O comportamento da inflação homóloga (que vem apresentando um perfil ascendente desde Abril), entretanto, **sugere um aumento de pressões inflacionistas**, relacionadas, por um lado, com o esgotamento do efeito de correção dos preços internacionais e, por outro, com o aumento da procura turística. Essa tendência deverá agravar-se nos próximos meses com o impacto nos preços no consumidor da entrada em vigor das medidas administrativas (normalização da taxa do IVA nos bens e serviços administrados, bem como no sector do turismo) previstas no Orçamento do Estado para 2013.



Contas Externas

As contas externas registam uma melhoria significativa, em resultado principalmente da redução dos preços internacionais e do aumento das receitas do turismo.

Em termos agregados, as importações de bens diminuíram 8,7% em 2012, em grande medida, determinadas pelo efeito preço. Por categorias económicas, de registar, contudo, a redução em volume das importações de bens de consumo (6%), de bens de capital (55,9%) e combustíveis (40,9%), em linha com a evolução da procura agregada e em boa medida devido à utilização de stocks constituídos no ano anterior. **As receitas do turismo cresceram cerca de 20% em 2012**, abrandando contudo (6,5 pontos percentuais) face ao ano anterior.

Ao contrário da balança de bens e serviços, a de transferências apresentou um comportamento desfavorável, em resultado de uma **ligeira redução dos donativos oficiais e das remessas de emigrantes**.

Note-se que, não obstante o comportamento desfavorável dos donativos ao Governo Central associado ao apoio orçamental (queda de 29%), as transferências oficiais recuperam face ao ano anterior, devido ao aumento dos desembolsos para projetos (incluindo os do segundo compacto do Millenium Challenge Account) e dos donativos diretos às Organizações Não Governamentais.

Determinado, principalmente, pela queda das transferências de Portugal, Reino Unido e Espanha, as remessas dos emigrantes diminuíram 0,3% em 2012.

Em termos acumulados, as remessas em divisas provenientes da Zona Euro diminuíram 0,7%, que compara ao crescimento de 32,5% registado em 2011. **As remessas dos EUA, por seu turno, cresceram 10%, em parte devido à apreciação do USD (em cerca de 8%).**

Em linha com a redução das necessidades de financiamento da economia, **o saldo da balança financeira registou uma expressiva diminuição (-31%)**. A redução do endividamento privado (empréstimos financeiros, créditos comerciais e crédito com o investidor externo), bem como



dos influxos de investimento externo determinou a evolução dos fluxos financeiros em 2012. Os desembolsos líquidos da dívida pública, contudo, aumentaram 6,5%, de acordo com informações provisórias (+ 2,7% no ano anterior).

A redução das necessidades de financiamento da economia, aliada ao crescimento dos influxos geradores de dívida pública, bem como dos passivos de curto prazo dos bancos determinou a **acumulação de reservas externas do país em cerca de 36 milhões de Euros**. Assim, as reservas internacionais líquidas do país passaram a garantir 3,9 meses das importações totais de bens e serviços previstas para 2012.

Situação Orçamental

A Situação orçamental deteriora significativamente em Novembro em função da expressiva redução das receitas, num contexto de aceleração das despesas de investimento. O défice orçamental atingiu 11,2% do PIB, agravando 2,7 pontos percentuais relativamente a Setembro e 1,1 pontos percentuais face a Dezembro de 2011.

Em termos homólogos, a **redução das receitas fiscais e dos donativos, respetivamente em 5,2% e 81%, num contexto de crescimento das despesas de investimento (5,5%)** explicam o comportamento das contas públicas até Novembro de 2012.

A redução das importações, o abrandamento da atividade económica nacional, a conjuntura internacional desfavorável, bem como problemas na arrecadação das receitas justificam, na perspetiva do Ministério das Finanças e Planeamento, a evolução das receitas orçamentais.

Do lado das despesas, realce-se **o aumento das despesas de funcionamento (em 1,7%)**, determinado pelos aumentos das despesas com pessoal (1,2%), das pensões de aposentadoria (9,2%), das despesas com a aquisição de bens e serviços (6,4%), bem como dos juros da dívida pública (25,1%).



Situação Monetária

Os desenvolvimentos nas contas externas, aliados ao aumento do crédito líquido ao Sector Público Administrativo determinam a aceleração da expansão monetária.

De acordo com informações provisórias, **o agregado M2 cresceu 6,3% em 2012** (2,1% em 2011), em resultado do aumento das reservas internacionais líquidas do país (13%), da redução dos depósitos do Governo (em 33%) e do aumento do crédito do Governo, tanto junto ao sistema bancário como junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (respetivamente em 3,2% e 7,5%). **O crédito à economia registou um decréscimo de cerca de 1%** (que compara ao crescimento de 12% observado em 2011), em resultado, principalmente, da redução do crédito concedido a particulares para outros fins (em 14,4%). A aplicação de critérios mais restritivos na aprovação das propostas, bem como o aumento da aversão ao risco poderão explicar a política de crédito dos bancos em 2012.

A massa monetária em sentido estrito (M1), que sinaliza a evolução da procura de moeda para transações, cresceu 5,9% em Dezembro, em termos homólogos, refletindo principalmente o aumento dos depósitos à ordem (7,1%). Por seu turno, os passivos quase monetários cresceram 6,5%, impulsionados pelo aumento dos depósitos dos emigrantes (8,9%) e dos depósitos a prazo em moeda nacional (8,1%). Em termos agregados os depósitos cresceram 7,9%, quando em 2011 reduziram 0,5%.

QUADRO 4 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS 2009/2012

Descrição	Unidades	2009	2010	2011	2012
I. Sector Real					
Produto Interno Bruto (PIB) ¹	variação real em %	4,0	5,6	5,10	3,20
Produto Interno Bruto (PIB)	em milhões de ECV	127.025,28	138.382,58	149.739,87	164.074,32
Produto <i>per Capita</i> ²	em ECV	160.459,2	174.196,9	281.465,9	298.316,9
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	1,0	2,1	4,50	2,50
Taxa de Desemprego ³	taxa variação em %	13,1	10,7	12,2	16,80
II. Sector Monetário e Cambial					
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	-1,7	6,4	-17,10	15,95
Reservas Internacionais Líquidas do BCV	taxa variação em %	-1,4	7,2	-11,30	13,32
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	10,9	5,5	10,30	10,89
Massa Monetária	taxa variação em %	3,3	4,7	2,10	6,28
IV. Sector Externo					
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	2001=100; valores médios	105,2	104,5	105,10	104,10
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	2001=100; valores médios	114,6	114,6	116,90	116,00
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-13,4	-9,8	-16,30	-10,56



Balança Corrente	em % do PIB	-16,6	-12,5	-17,00	-11,30
Reservas/Importações	meses	4,2	4,2	3,20	3,49
Dívida Externa Efetiva	em % do PIB	51,7	60,0	67,20	69,12
V. Finanças públicas					
Saldo Global	em % do PIB	-6,8	-12,0	-10,10	-8,50
Saldo Primário	em % do PIB	-11,7	-17,3	-8,40	-7,00
Stock da Dívida Pública (Líquida)	em % do PIB	69,9	77,6	87,50	69,12

Fonte: BCV

Notas: tvr - taxa de variação real. tvn - taxa de variação média

1 Estimativas do Banco de Cabo Verde

2 Estimativas do Banco de Cabo Verde e resultados do Censo à População de 2010

3 De acordo com a nova metodologia.

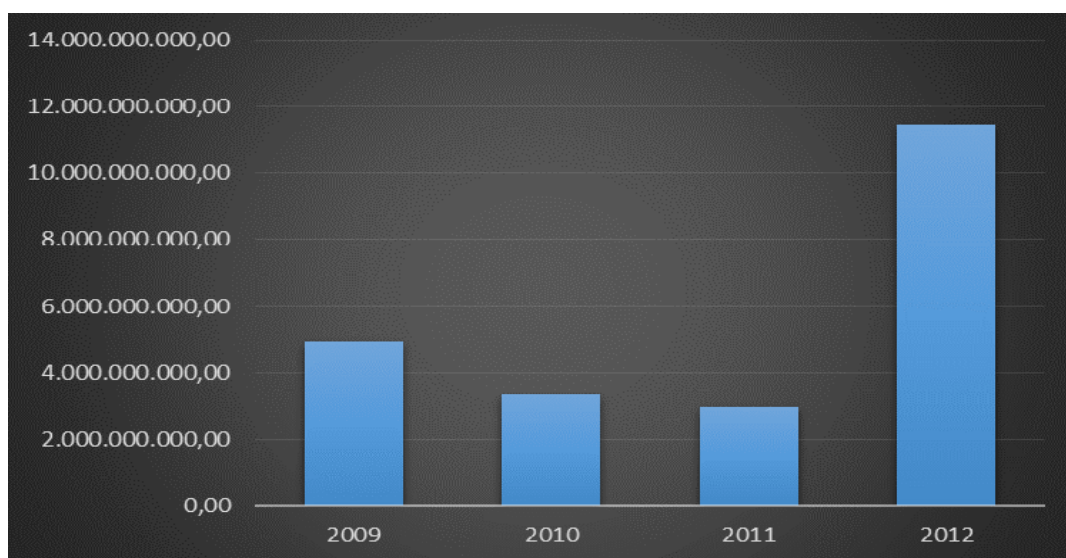
4. Core-business

4.1 Operações em mercado primário

Num contínuo progresso do mercado capital, com participação ativa da Bolsa, em 2012, foram emitidas um montante significativo, com grande impacto na capitalização Bolsista, de títulos do Tesouro, designadamente Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro, via nova Plataforma que se encontra em fase experimental, além de empréstimos obrigacionistas, nomeadamente Empréstimos obrigacionistas da Electra e ASA, totalizando um valor que ascende a 11.482.360.000,00.



FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES NO MERCADO PRIMÁRIO 2009/2012



Com relação aos Intermediários Financeiros Operadores de bolsa, nos últimos 4 anos o BAI, tem sido uma dos mais atuantes na colocação dos títulos, colhendo diversos investidores institucionais sobretudo de Angola. Igual destaque vai para o INPS, que enquanto Instituição Autorizada a participar apenas no mercado da dívida pública, continua sendo o maior subscritor dos títulos do tesouro.

QUADRO 5 - COLOCAÇÃO NO MERCADO PRIMÁRIO POR INSTITUIÇÃO AUTORIZADA 2009/2012

Instituição	2009	2010	2011	2012	Total geral
BAI	1.933.838.000,00	1.643.122.000,00	30.000.000,00	1.651.000.000,00	5.257.960.000,00
BCA	878.370.000,00	1.221.533.000,00		1.815.677.000,00	3.915.580.000,00
BCN	21.793.000,00	13.741.000,00		1.100.000,00	36.634.000,00
BIA	204.051.000,00	64.276.000,00		516.486.000,00	784.813.000,00
CECV	1.900.713.000,00	399.942.000,00		598.097.000,00	2.898.752.000,00
INPS			2.950.000.000,00	6.900.000.000,00	9.850.000.000,00
Total geral	4.938.765.000,00	3.342.614.000,00	2.980.000.000,00	11.482.360.000,00	22.743.739.000,00

Entre 2009 e 2012, foram emitidas um total de 22.744 milhões de ECV, com grande realce para os “Bond” (Obrigações Corporate), sendo que o mercado da Dívida Pública vem ganhando um espaço importante no mercado primário.

QUADRO 6 - EMISSÕES NO MERCADO PRIMÁRIO POR TIPO DE TÍTULO 2009/2012

Tipo Título	2009	2010	2011	2012	Total geral
-------------	------	------	------	------	-------------



Bond	3.570.000.000,00	3.342.614.000,00		2.402.360.000,00	9.314.974.000,00
BT			2.350.000.000,00	2.000.000.000,00	4.350.000.000,00
Acções	1.368.765.000,00				1.368.765.000,00
OT			630.000.000,00	7.080.000.000,00	7.710.000.000,00
Total geral	4.938.765.000,00	3.342.614.000,00	2.980.000.000,00	11.482.360.000,00	22.743.739.000,00

A Bolsa de Valores Cabo Verde, já conta com 16 entidades emitentes. No final de 2012, essas emitentes mantinham na cotação um total de 68 títulos, sendo que algumas já emitiram várias séries de títulos, com destaque para o Estado de Cabo Verde, Tecnicil Imobiliária, e Electra, SA

QUADRO 7 - EMISSÕES NO MERCADO PRIMÁRIO POR EMITENTE 2009/2012

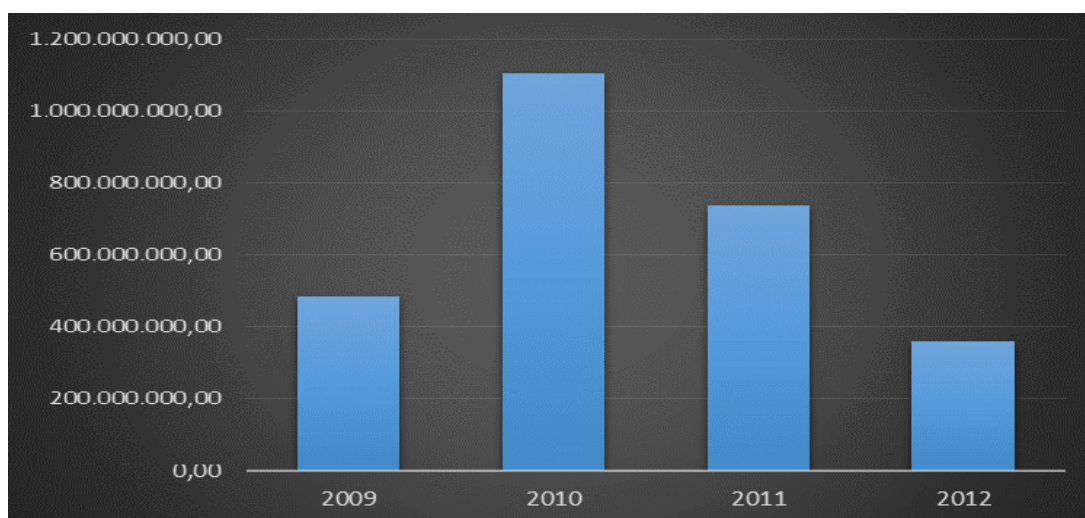
Emitente	2009	2010	2011	2012	Total geral
ASA, SA				450.000.000,00	450.000.000,00
BAI, SA		1.000.000.000,00			1.000.000.000,00
BCA, SA	324.765.000,00	500.000.000,00			824.765.000,00
BIA, SA					0,00
CECV, SA	1.044.000.000,00				1.044.000.000,00
CVFF, SA	1.500.000.000,00				1.500.000.000,00
ELECTRA, SA				1.202.360.000,00	1.202.360.000,00
ENACOL, SA					0,00
GOVERNO			2.980.000.000,00	9.080.000.000,00	12.060.000.000,00
IFH, SA	420.000.000,00	330.000.000,00			750.000.000,00
MUN. PRAIA		450.000.000,00			450.000.000,00
MUN. SAL		200.000.000,00			200.000.000,00
SCT, SA					0,00
SOGEI, SA	1.500.000.000,00				1.500.000.000,00
T.IMOB, SA		862.614.000,00		750.000.000,00	1.612.614.000,00
T.IND, SA	150.000.000,00				150.000.000,00
Total geral	4.938.765.000,00	3.342.614.000,00	2.980.000.000,00	11.482.360.000,00	22.743.739.000,00

4.2 Operações em mercado secundário (trading)

O mercado secundário tem tido uma queda crescente no volume de transações. Em 2012 volume de transações situou-se nos **357.863.143,00**, uma queda de cerca de 106% face ao ano anterior.



FIGURA 3 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DE TRANSAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO 2009/2012



O BAI – Banco Angolano de Investimentos, assim como no mercado primário, continua a ser o banco com maior volume de transações acumuladas dos últimos 4 anos no mercado secundário, sendo a CECV o banco que registou maior volume de transações em 2012.

QUADRO 8 - VOLUME DE TRANSAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO POR BANCO 2009/2012

Instituição	2009	2010	2011	2012	total Geral
BAI	121.599.289,00	552.792.300,00	576.445.156,00	143.546.106,00	1.394.382.851,00
BCA	113.137.850,00	379.471.048,00	33.037.090,00	17.253.300,00	542.899.288,00
BCN	29.821.895,00	9.202.650,00	981.960,00	3.960.000,00	43.966.505,00
BIA	179.170.779,30	22.313.950,00	82.989.530,00	1.643.837,00	286.118.096,30
CECV	39.693.384,00	141.883.575,00	44.440.680,00	191.459.900,00	417.477.539,00
total geral	483.423.197,30	1.105.663.523,00	737.894.416,00	357.863.143,00	2.684.844.279,30

Em termos segmentais, o segmento de Obrigações Corporate continua a ser o tipo de título mais transacionado, ocupando cerca de 92% do volume total transacionado em 2012. Cumulativamente, nos últimos 4 anos ocupa cerca de 73% do volume global transacionado nesse período.

QUADRO 9 - VOLUME DE TRANSAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO POR TIPO DE TÍTULO 2009/2012

Tipo	2009	2010	2011	2012	total Geral
------	------	------	------	------	-------------



Bond	310.619.020,30	647.373.850,00	679.088.886,00	328.235.393,00	1.965.317.149,30
Equity/acções	172.804.177,00	458.289.673,00	58.805.530,00	29.627.750,00	719.527.130,00
Grand Total	483.423.197,30	1.105.663.523,00	737.894.416,00	357.863.143,00	2.684.844.279,30

Apesar de ter sido emitido no início do segundo semestre de 2012, as obrigações série D da Electra, foi título com maior volume de transações no mercado secundário, representando cerca de 49% do total transacionado. O destaque vai ainda para as obrigações da Tecnici Imobiliária série D, emitido em 2010, que manteve o elevado volume de transações.

Cumulativamente, nos últimos 4 anos o título com maior volume de transações foi as Obrigações da SOGEI, com cerca de 30% do total do volume transacionado neste período, cerca de 804,6 mil contos.

QUADRO 10 - VOLUME DE TRANSAÇÕES NO MERCADO SECUNDÁRIO POR TÍTULO 2009/2012

Título	2009	2010	2011	2012	total Geral
Banco C. Atlântico	30.041.040,00	32.410.186,00	42.873.890,00	7.788.000,00	113.113.116,00
C.E. de Cabo Verde	4.248.000,00	79.535.410,00	1.712.800,00	11.162.700,00	96.658.910,00
Dir Subscrição BCA	14.644.508,00	0,00	0,00	0,00	14.644.508,00
Dir Subscrição CECV	23.976.510,00	0,00	0,00	0,00	23.976.510,00
ENACOL	72.337.804,00	331.158.977,00	6.421.000,00	3.648.050,00	413.565.831,00
O ELEA 6.121%2012	86.110.884,90	35.000,00	7.009.000,00	0,00	93.154.884,90
O ELEB 6.650% 2017	75.016.050,40	0,00	0,00	387.000,00	75.403.050,40
O IFHA 2014	0,00	200.000,00	350.000,00	0,00	550.000,00
OB BAI CV 5.9%	0,00	0,00	6.300.000,00	1.939.806,00	8.239.806,00
OBR ELE D	0,00	0,00	0,00	176.766.000,00	176.766.000,00
Obrig CVFF 2019	16.092.100,00	119.945.850,00	44.952.500,00	15.983.000,00	196.973.450,00
Obrig. BI 6% 2013	2.140.000,00	1.035.000,00	980.000,00	0,00	4.155.000,00
OBRIG. D TEC IMOB	0,00	159.030.000,00	202.099.750,00	129.125.000,00	490.254.750,00
Obrigaçao C Tecnici	0,00	0,00	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00
Obrig. SOGEI 2014	129.584.985,00	346.878.000,00	326.502.386,00	1.647.300,00	804.612.671,00
Obrigaçao T.IND 7.5%	1.675.000,00	20.250.000,00	36.893.250,00	114.000,00	58.932.250,00
OBRIG. BCA 2017			4.002.000,00	2.273.287,00	6.275.287,00
Soc. C.V. de Tabacos	27.556.315,00	15.185.100,00	7.797.840,00	7.029.000,00	57.568.255,00
total geral	483.423.197,30	1.105.663.523,00	737.894.416,00	357.863.143,00	2.684.844.279,30

Apesar de em termos do volume de transações, os títulos que compõe o segmento Obrigações, tenham tido maiores volumes, os títulos do seguimento acionista, designadamente as ações do BCA, Enacol e SCT dominam a frequência (número) de transações no mercado secundário, em termos cumulativos, proporcionando aos mesmos maiores índices de liquidez.



QUADRO 11 - NÚMERO DE TRANSAÇÕES POR TÍTULO NO MS 2009/2012

Titulo	2009	2010	2011	2012	Total Geral
Banco C. Atlântico	40	29	29	21	119
C.E. de Cabo Verde	3	16	3	4	26
Dir Subscrição BCA	65				65
Dir Subscrição CECV	46				46
ENACOL	100	53	21	17	191
O ELEA 6.121%2012	3	1	6		10
O ELEB 6.650% 2017	1			1	2
O IFHA 2014		4	3		7
OB BAI CV 5.9%			4	2	6
OBR ELE D				1	1
Obrig CVFF 2019	9	33	24	3	69
Obrig. BI 6% 2013	2	3	2		7
OBRIG. D TEC IMOB		3	3	4	10
Obrigaçã C Tecnicil			1		1
Obrig. SOGEI 2014	6	11	11	1	29
Obrigaçã T.IND 7.5%	5	5	7	1	18
OBRIG. BCA 2017			4	3	7
Soc. C.V. de Tabacos	12	9	18	7	46
Total Geral	292	167	136	65	660

4.3 Eventos corporativos

4.3.1 Pagamento juros

A BVC enquanto entidade Gestora Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários e Sistemas de Liquidação, recebe instruções das entidades emitentes para processamento e liquidação dos juros e outros eventos que posteriormente envia ao Banco de Cabo Verde instruções para débito na conta dos Intermediários Financeiros agentes pagadores das respetivas emitentes crédito na conta das outras Instituições financeiras com saldo dos respetivos títulos na data do vencimento dos respetivos juros. Após esse processamento, envia a todos os IFs a confirmação e instrução para distribuição dos juros aos respetivos detentores, na data do vencimento.

Em 2012 o volume de juros vencidos foi cerca de 824.014.976,10, tendo sido a Electra, SA, a emitente com maior volume e juros vencidos. Em termos cumulativos a Electra SA, é igualmente a emitente com maior volume de juros vencidos no período 2009/2012, cerca de 1.075.829.911,01 o que representa cerca de 38,5% do total dos juros vencidos no mesmo período.



QUADRO 12 - JUROS VENCIDOS POR EMITENTES 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	total Geral
ASA, SA	39.411.000,00	34.770.000,00	36.840.000,00	38.100.000,00	149.121.000,00
BAI, SA			59.000.000,00	59.000.000,00	118.000.000,00
BCA, SA			28.750.000,00	28.750.000,00	57.500.000,00
BIA, SA	24.565.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	114.565.000,00
CVFF, SA		135.000.000,00	135.000.000,00	123.750.000,00	393.750.000,00
ELECTRA, SA	270.126.172,25	274.439.645,35	281.477.417,25	249.786.676,16	1.075.829.911,01
IFH, SA	11.718.000,00	23.646.000,00	47.398.500,00	49.140.000,00	131.902.500,00
MUN. PRAIA			31.859.437,50	31.216.500,00	63.075.937,50
MUN. SAL			14.197.999,99	13.656.999,94	27.854.999,93
SOGEI, SA	48.000.000,00	96.000.000,00	96.000.000,00	96.000.000,00	336.000.000,00
TEC. IMOB, SA	44.017.500,00	56.846.775,00	90.649.800,00	93.364.800,00	284.878.875,00
TEC. IND, SA	5.625.000,00	11.250.000,00	11.250.000,00	11.250.000,00	39.375.000,00
Total geral	443.462.672,25	661.952.420,35	862.423.154,74	824.014.976,10	2.791.853.223,43

Em 2012 foram processadas através da Bolsa de Valores 35 eventos relativos ao pagamento de juros. Nos últimos 4 anos já efetivou cerca de 115 eventos, sendo a Electra, SA e Tecnici Imobiliária, SA, primeiras empresas a emitirem Obrigações na Bolsa de Valores, as emitentes com maior número de eventos processados.

QUADRO 13 - NÚMERO DE EVENTOS DE PAGAMENTO DE JUROS EFETUADAS POR EMITENTES 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	total geral
ASA, SA	2	2	2	2	8
BAI, SA	0	0	2	2	4
BCA, SA	0	0	2	2	4
BIA, SA	2	2	2	2	8
CVFF, SA	0	2	2	2	6
ELECTRA, SA	6	6	6	5	23
IFH, SA	1	2	4	4	11
MUN. PRAIA	0	0	2	2	4
MUN. SAL	0	0	2	2	4
SOGEI, SA	1	2	2	2	7
TEC. IMOB, SA	6	7	8	8	29
TEC. IND, SA	1	2	2	2	7
total geral	19	25	36	35	115

Relativamente à taxa de juros nominal suportados pelas emitentes, de realçar que em média, nos últimos 4 anos, a taxa é de cerca de 6,13%, com tendência de aumento, situação justificada pelas oscilações positivas das taxas de juros de mercado, principalmente a TBA – Taxa Base Anual, uma vez que uma boa parte das Obrigações foram emitidas a taxas variáveis e indexadas



à TBA e Euribor a 6 meses, sendo que os juros vencidos são sempre calculados através do somatório dos Spreads com a maior cotação de um dos Indexantes.

De realçar ainda que a nível do regime fiscal, todas as emissões efetuadas a partir de 2009 foram tributados os respetivos juros à taxa legal de 5%, fazendo que estes produtos tenham maior retorno efetivo face a instrumentos financeiros similares. Razão também pela qual, provavelmente várias emitentes tenham optado pela emissão de obrigações em detrimento de outros instrumentos de dívida.

QUADRO 14 - TAXA DE JUROS NOMINAL MÉDIA SUPORTADOS POR EMITENTES 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	Grand Total
ASA, SA	6,57%	5,80%	6,14%	6,35%	6,30%
BAI, SA			5,90%	5,90%	5,90%
BCA, SA			5,75%	5,75%	5,75%
BIA, SA	4,91%	6,00%	6,00%	6,00%	5,73%
CVFF, SA		9,00%	9,00%	8,25%	8,75%
ELECTRA, SA	6,08%	6,15%	6,25%	6,33%	6,29%
IFH, SA	5,58%	5,63%	6,37%	6,60%	6,25%
MUN. PRAIA			7,17%	7,40%	7,29%
MUN. SAL			7,22%	7,45%	7,34%
SOGEI, SA	6,40%	6,40%	6,40%	6,40%	6,40%
TEC. IMOB, SA	5,87%	3,87%	4,47%	4,74%	5,02%
TEC. IND, SA	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%
Grand Total	6,01%	5,79%	6,14%	6,23%	6,13%

4.3.2 Pagamento Dividendos

Relativamente aos dividendos, de frisar os mesmos procedimentos que são adotados nos eventos de pagamento de juros.

Em 2012 as emitentes com ações cotadas em bolsa, pagaram aos detentores desses títulos um total de 506.943.621,17, uma diminuição de cerca de 12,5% face ao ano transato.

QUADRO 15 - MONTANTE DE DIVIDENDOS PAGOS POR EMITENTE 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	Grand Total
BCA, SA	96.648.000,00	62.940.362,93	185.211.001,14	99.232.121,17	444.031.485,24
CECV, SA	83.520.000,00	248.054.400,00	187.920.000,00	187.920.000,00	707.414.400,00



ENACOL, SA	55.793.500,00	79.558.500,00	142.800.000,00	165.266.500,00	443.418.500,00
SCT, SA	56.269.800,00	54.525.000,00	54.525.000,00	54.525.000,00	219.844.800,00
Grand Total	292.231.300,00	445.078.262,93	570.456.001,14	506.943.621,17	1.814.709.185,24

Entretanto, em média registou-se no período 2009/2012 uma distribuição estável dos dividendos, sendo a SCT a emitente que tem pago maior valor unitário dos dividendos. Cerca de 630,00 por ação.

QUADRO 16 - VALOR UNITÁRIO MÉDIO DE DIVIDENDOS SUPORTADOS POR EMITENTES 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	média
BCA, SA	257,73	89,95	264,68	141,81	188,54
CECV, SA	400,00	198,00	150,00	150,00	224,50
ENACOL, SA	159,41	227,31	408,00	472,19	316,73
SCT, SA	645,00	625,00	625,00	625,00	630,00
média	365,53	285,06	361,92	347,25	339,94

4.3.3 Amortizações

Em relação às amortizações de capital, é de realçar que 2012 foi marcado pelas primeiras amortizações *in fine* efetivadas pelas emitentes, com destaque para as Obrigações da Electra Série A, Obrigações da ASA e Tecnicil Imobiliária séries A, B e C, fruto do prazo de vencimento que foi de 5 anos. Pois toas foram emitidas em 2007. Entretanto, de salientar as amortizações parciais das Obrigações municipais dos municípios da Praia e Sal.

A nível global e cumulativo, o montante de amortizações processado ascendem a 2.564.071.668,00. Contudo, é de frisar que todas as emitentes com amortizações *in fine* processadas em 2012, procederam à emissão de novas obrigações, em iguais ou superiores montantes, sendo que apenas a ASA, SA emitiu uma tranche com valor inferior ao montante amortizado (cerca de 400 mil contos).

QUADRO 17 - MONTANTE DE AMORTIZAÇÕES EFETUADAS POR EMITENTE 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	total Geral
ASA, SA				600.000.000,00	600.000.000,00
BAI, SA					



BCA, SA			
BIA, SA			
CVFF, SA			
ELECTRA, SA		1.142.405.000,00	1.142.405.000,00
IFH, SA			
MUN. PRAIA	22.500.000,00	22.500.000,00	45.000.000,00
MUN. SAL	13.333.334,00	13.333.334,00	26.666.668,00
SOGEI, SA			
TEC. IMOB, SA		750.000.000,00	750.000.000,00
TEC. IND, SA			
Grand Total	35.833.334,00	2.528.238.334,00	2.564.071.668,00

QUADRO 18 - NÚMERO DE AMORTIZAÇÕES EFETUADAS POR EMITENTE 2009/2012

Emitente	2009	2010	2011	2012	Grand Total
ASA, SA				1	1
BAI, SA					
BCA, SA					
BIA, SA					
CVFF, SA					
ELECTRA, SA				1	1
IFH, SA					
MUN. PRAIA			2	2	4
MUN. SAL			2	2	4
SOGEI, SA					
TEC. IMOB, SA				3	3
TEC. IND, SA					
Grand Total			4	9	13

4.4 Codificação ISIN

A Bolsa de Valores de Cabo Verde é igualmente responsável pela codificação dos valores mobiliários e de acordo com os estatutos funciona também como Agência Nacional de Codificação. É membro da ANNA e adota todas as normas e princípios emanados pela ANNA para codificação dos títulos.



Em 2012 foram atribuídos cerca de 53 códigos ISIN, sendo que a maior parte por solicitação da emitente Governo de Cabo Verde, no âmbito da emissão dos títulos representativos da Dívida Pública, 9 códigos ISIN para BT e 39 códigos ISIN para OT.

Quadro 15 – Número de ISIN criados por Mês e por Emitente durante 2012

Mês/Emitente	ASA, SA	ELECTRA, SA	ESTADO	TE. IMOB, SA	Total Geral
FEV			1		1
MAR			2		2
ABR			3		3
MAI			5		5
JUN			6		6
JUL		1	2		3
AGO			7		7
SET			5		5
OUT	1		8	3	12
NOV			9		9
Total	1	1	48	3	53

Quadro 16 – Número de ISIN criados por Mês e por tipo de título durante 2012

Mês/Tipo Título	Bond	BT	OT	Total Geral
FEV			1	1
MAR		1	1	2
ABR		1	2	3
MAI		2	3	5
JUN		1	5	6



JUL	1		2	3
AGO		1	6	7
SET		1	4	5
OUT	4	1	7	12
NOV		1	8	9
Total Geral	5	9	39	53

4.5 Formação

A nível da área de formação, no transato ano de 2012, realizaram-se três projetos de Formação em parceria com FINANTECH, Porto Business School, Universidades, Escolas Secundárias e Municípios.

- Setembro na formação de atualização do Software de mercados de valores mobiliários Sifox Portal/Deal com s Técnicos da FINANTECH, cujo objetivo foi juntamente com atualização do Software passar conhecimentos e socializar com os 18 participantes/técnicos de todos os bancos operadores, da Bolsa, Banco de Cabo Verde e potenciais operadores durante 2 dias na sala de conferencia da Bolsa e 3 dias com deslocação aos bancos como forma de pôr em pratica bem como serem apresentando dificuldades que os utilizadores individualmente possam estar enfrentado na utilização do Software.
- Outubro em parceria com a Porto Business School realizou-se também na sala de conferencia da Bolsa de Valores durante 2 dias uma formação em Corporate Governance (16 horas) ministrada Por conceituados Docentes desta Instituição consistindo num importante tema do mercado empresarial na atual, além dum instrumento indispensável na Gestão atual das grandes organizações (sobretudo de capital aberto), onde tivemos 27 participantes de entres alguns ilustres administradores das maiores instituições do país, caso da CVTelecom, Garantia, IFH, etc., uma formação que segundo os participantes serviu de uma importante mais-valia para os desafios



financeiros e económicos das suas organizações, onde a boa performance organizativa e no mercado das empresas tem claro impacto na performance do próprio país.

- Por fim, durante o mês de Novembro, fruto de uma importante parceria e relação que a Bolsa de valores insistentemente tem vindo a desenvolver com a população desde as universidades e escolas do país, bem como os diversos municípios, a bolsa realizou um conjunto de pequenas ações de formação/Palestra nas principais universidades do país, como a Universidade de Cabo verde, Jean Piaget, Universidade Lusófona, Universidade Santiago, ISCEE etc. assim como escolas, no município de Santa Catarina, Praia, Mindelo. Este projeto de carácter contínuo, gratuito e com perspectivas de amplificação para todo o país com o envolvimento do Banco central e as principais instituições financeiras do país, no cômputo geral teve a participação, nas 10 sessões de 3 hora cada realizadas (gratuitamente), cerca de 800 inscritos, entres estudantes e cidadãos em geral, numa média de 80 á 100 por sessão. As várias impressões que fomos tendo foram deveras gratificante e motivadora para o sucesso, impacto e mais-valia que representou para as pessoas depois de adquirir os conhecimentos e experiencias passada pelos técnicos da BVC.

5. Outras actividades

5.1 Organização e Recursos humanos

Em termos de gestão de pessoas, em 2012, as prioridades continuaram a orientar-se para o desenvolvimento das capacidades organizacionais indispensáveis à eficácia das diferentes operações conduzidas pela BVC, promovendo para esse fim formações técnicas e avançadas nos domínios do mercado de capitais.

No final de 2012 laboravam na BVC 11 Colaboradores, sendo que 3 eram membros do CA, 1 estagiária e 7 funcionários efetivos. Dos efetivos 4 eram técnicos superiores e 3 faziam parte do pessoal administrativo e auxiliar. Foram ainda recrutados 3 funcionários e saíram 2.

Sexo	Total Geral
------	-------------



Nível escolaridade	F	M	
2º ano (antigo regime)		1	1
5º ano (antigo Regime)	1		1
Licenciatura incompleto	1		1
Bacharel	1		1
Licenciatura	3	2	5
Pós-Graduação		2	2
Total Geral	6	5	11

Rescisões Contratuais com a Instituição

Por destacar o fato de, em 2012, nos períodos Compreendidos entre Março a Junho, saíram dois colaboradores desta Instituição. Um colaborador, licenciado em Economia e contratado em regime de Contrato a Prazo, em Outubro de 2009 que, para além das funções relativas à sua área de formação, era responsável para preparar relatórios, informações e pareceres técnicos para expedientes e processos de decisão superior, e ainda, responsável pelas áreas de comunicação e difusão. Este colaborador, por motivos pessoais e ao abrigo do artigo 243º do Código Laboral, rescindiu o vínculo contratual, com efeitos a partir de 29 de Março. Outro colaborador também rescindiu o contrato com a Instituição, contratado em regime de contrato a prazo, desde 2007, para desempenhar as funções de Técnico de Informática, correspondente à sua área de formação, e ainda, apoiar a administração da BVC, no que respeita a organização administrativa, gestão de tesouraria, entre outros. Em virtude de outras oportunidades de trabalho, rescindiu o contrato com efeitos a partir de 29 de Junho de 2012.

Recrutamento de Colaboradores

Na sequência destas rescisões, o quadro de colaboradores da Instituição ficou bastante reduzido, tendo sido necessário o recrutamento de alguns técnicos. Por concurso publico lançado pela Bolsa de Valores, através de uma Empresa de Recrutamento e Seleção – Multipessoal, foram selecionados dois técnicos superiores nas áreas de Secretariado e Economista Financeiro. Por motivos alheios à nossa vontade e pelas condições oferecidas pela Bolsa, o técnico selecionado pela Empresa Multipessoal, para desempenhar as funções de Economista Financeiro não aceitou o cargo, tendo somente escolhido o colaborador para



desempenhar as funções de Secretariado Executivo, em regime de Contrato a Prazo, a partir de Setembro de 2012.

Foi ainda contratado um outro colaborador, em regime de contrato a prazo, com efeitos a partir de Fevereiro de 2012, para desempenhar as funções de telefonista de receção, atendimento de pessoal na portaria, organização de sala de reunião (serviços de água, café, etc), distribuição de notas aos departamentos correspondentes, entre outros.

Neste mesmo ano, foi recrutado outro colaborador, que já desempenhava as funções de Estagiário na área de Gestão desde Fevereiro de 2012, tendo sido contratado, em regime de contrato a prazo, para desempenhar, para além das funções adstritas à sua área de formação, elaboração, avaliação e execução de Projetos, elaboração de Planos de formação, comunicação e difusão na parte relativa a informação para o mercado, a partir de Novembro de 2012.

Ainda neste mesmo ano, foram admitidas duas estagiárias, uma em regime de Estágio Curricular e outra em regime de Estágio Profissional. Relativamente ao Estagiário Curricular, sendo este ultimo, matriculado no 4º ano do Curso de Economia e Gestão – Banca e Seguras, na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, acolhida nesta Instituição de Junho de 2012 a Dezembro de 2012, em virtude de Carta de Acolhimento, enviada pela Direção da Universidade - Unidade de Ciências Económicas e Empresariais.

Quanto ao Estagiário Profissional, foi admitido, em Setembro de 2012, Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. O período de estágio inicial era de 6 meses, no entanto, pelo bom desempenho do estagiário e pela sua enorme manifestação de interesse, e ainda, pelo fato de se entender que o trabalho que vem prestado tem sido de mais-valia à Instituição, perspectiva-se a prorrogação do período por mais três meses (até Junho de 2013).

Normativos Aprovados

No que concerne a normativos aprovados neste ano de 2012, referentes à Bolsa, podemos destacar três Circulares, aprovadas e publicadas no Boletim de Bolsa. Referimos à Circular nº03/BVC/2012 – Código de Conduta do Mercado. Esta Circular é completamente nova, que vem fixar algumas regras que deverão ser cumpridas pelos participantes da Bolsa, assegurando



que os intervenientes na Instituição se pautam por princípios de elevada diligência profissional, de integridade e de transparência.

Foram ainda remetidos ao Concelho de Administração para apreciação e aprovação: Regulamento de Controlo de Acesso e Assiduidade, Código de Conduta e Ética Profissional e o Regulamento de Estágios.

Regalias Sociais

Um outro ponto de se ressaltar será o relativo a regalias sociais atribuídas aos colaboradores, em regime de contrato a prazo, excluindo os Estagiários. Referimos à Gratificação de Natal, atribuído em Dezembro de 2012, aos colaboradores, proporcional ao tempo de serviço prestado neste ano. Igualmente foram atribuídos aos filhos de todos os colaboradores presentes de Natal com um pequeno convívio na sede da Instituição, com a presença de todos os colaboradores.

Formação Profissional e Outros

A Bolsa de Valores tem como um dos seus objetivos, contribuir para o crescimento dos seus colaboradores, tanto a nível profissional dentro da Instituição mas também, aumentar cada vez mais os conhecimentos daqueles que contribuem para o funcionamento da Bolsa. Neste sentido, é prática da Instituição, enviar seus colaboradores, para participarem em sessões de formação externas.

No ano de 2012, os colaboradores da BVC participaram em Sessões de formação, ministradas por outras Entidades, nomeadamente:

- Formação em Arbitragem Internacional e outra em Mediação e Resolução de Conflitos Laborais, ambas ministradas pela ILMAI, tendo participado dois colaboradores da Instituição;
- Formação em Gestão de Plano de Formação, pela Mundiserviços, onde teve a participação de um colaborador;



- Formação em Back Office Atendimento de Clientes, pela Mundiserviços, onde também participou um colaborador.
- Formações diversas realizadas pela OPACC e AGMVM.

Perfectivas futuras

Aguarda-se com alguma expectativa a implementação de um Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e um Sistema de Gestão pela Qualidade, cujas propostas de implementação foram remetidos ao Conselho de Administração para apreciação e aprovação.

5.2 Jurídica e regulamentação

Com a entrada em vigor do Código de Mercado de Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº01/2012, de 27 de Janeiro, algumas alterações e ajustes tiveram que ser feitas no âmbito da Bolsa de Valores, adaptando-se às novas exigências do Código, nomeadamente:

- I. **Admissão à Cotação** - A admissão à cotação de valores mobiliários encontra-se dependente do preenchimento cumulativo dos requisitos previstos na lei e em circular da Bolsa de Valores. Os requisitos legislativos têm a sua fonte nos artigos 116.º, n.º 1 e 117.º, n.º 1 e 2 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários, consoante estejam em causa respetivamente ações ou obrigações. A admissão à cotação fica condicionada à publicação pela entidade emitente de um prospeto aprovado pela Bolsa de Valores. O novo Código e respetiva regulamentação regulam o prospeto de oferta pública de distribuição e modelos aplicáveis com remissão para os modelos previstos nos termos do Regulamento (CE) n.º 804/2004, da Comissão Europeia, de 29 de Abril. Deste modo, o conteúdo do prospeto deverá ser idêntico ao dos referidos modelos, assegurando assim a harmonização quer a nível interno, quer a nível internacional. Ainda, nos termos dos artigos 122.º, n.º 2 e 125.º, n.º 6 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários as normas a observar na instrução, tramitação e decisão dos pedidos de admissão à cotação, bem como o conteúdo do prospeto são fixadas em circular da Bolsa de Valores,



e assim, a Bolsa de Valores aprovou a Circular nº01/BVC/2012 – Processo de Admissão à Negociação de Valores Mobiliários.

- II. **Regra de Negociação** - Pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2012, de 27 de Janeiro de 2012, verificou-se a necessidade de modificar as regras de negociação na Bolsa de Valores. Assim, procedeu-se a uma atualização dessas regras, substituindo a Circular n.º 01/BVC/2005, designadamente, através da renovação da terminologia utilizada no âmbito das modernas estruturas de negociação. Ao mesmo tempo, foram disciplinados dois novos assuntos, que nos termos do novo Código do Mercado dos Valores Mobiliários cabe à Bolsa de Valores regular: (i) a forma, o conteúdo e as modalidades das **ordens de bolsa** e (ii) a forma e conteúdo da **nota de compra ou de venda que o operador de bolsa emite** até ao final do dia útil seguinte a cada ordem de bolsa efetuada. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 161.º e artigo 170.º, n.º 1 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários a BVC aprovou a Circular nº02/BVC/2012 – Regras de Negociação e Operações.
- III. **Código de Conduta do Mercado**- As regras de negociação e operações da Bolsa de Valores de Cabo Verde estabelecem, no artigo 9.º da Circular n.º 2/2012, que os participantes na Bolsa estão vinculados a cumprir o Código de Conduta. Nos termos da referida Circular, define-se o Código de Conduta, como “o Código de Conduta aprovado pela Bolsa de Valores de Cabo Verde que fixa as regras de conduta que devem ser cumpridas por todos os participantes”. Entende-se que a observância do Código de Conduta por parte dos participantes da Bolsa de Valores contribui para a regularidade de funcionamento, a integridade e a transparência do mercado da Bolsa de Valores, concorrendo deste modo para a preservação do bom nome, reputação e credibilidade a nível interno e internacional do mercado de capitais cabo-verdiano, assim, ao abrigo do disposto no artigo 161.º e artigo 170.º, n.º 1 do Código do Mercado dos Valores Mobiliários a Bolsa de Valores de Cabo Verde aprovou a Circular nº03/BVC/2012 – Código de Conduta.



IV. Sistema Centralizado - O Código do Mercado de Valores Mobiliários estabelece na sua secção IV, nos artigos 77.º a 83.º, a estrutura e funções do sistema centralizado, as regras operacionais deste, a integração e exclusão de valores mobiliários no âmbito do sistema centralizado, as contas integrantes do sistema centralizado, o controlo a cargo das entidades gestoras dos valores mobiliários em circulação, as informações a prestar ao emitente pela entidade gestora do sistema centralizado e a responsabilidade civil da entidade gestora do sistema centralizado. Ao abrigo do artigo 77.º, n.º 2 do Código do Mercado de Valores Mobiliários, em que os Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários só podem ser geridos por entidades que preencham os requisitos fixados el Lei especial, foi-nos enviado para parecer, o Decreto-Lei --/2012 – **Entidades Gestoras do Sistema Centralizado**, que mereceu especial atenção da nossa parte. Neste sentido, a Bolsa de Valores, enquanto entidade gestora do sistema centralizado e, tendo em conta a necessidade de cumprimento e adequação das novas exigências legais, nomeadamente a alteração da sua denominação social para Bolsa de Valores de Cabo Verde - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A, criação de uma política de gestão de conflitos de interesse, bem como, adequar possivelmente, algumas regras já constantes da Circular nº05/BVC/2005, as regras operacionais, é nosso entender fazer que dever-se-ia equacionar um período de adaptação, estando já preparando as eventuais adaptações. Relativamente às possíveis adequações na Circular, ao novo Código, elencamos os seguintes:

- Todo o Capítulo III – Contas dos Sistemas Centralizados, adaptando-os à Seção IV – Sistema Centralizado, do Código de Valores Mobiliários (artigos 77º e ss).
- Compensação das Operações, artigo 173º do Cód.M.V.M., fixando as regras mediante Circular.
- Entre outros aspetos que se entenderem convenientes.

V. Sistema Centralizado - Contas de Titularidade Direta – Regulamento da AGMVM nº4/2013 – Que estabelece os termos em que podem ser abertas junto da entidade gestora do sistema centralizado, contas de registo individualizado. O pedido de autorização de abertura deverá ser feito pela entidade gestora, por escrito, à AGMVM.



VI. Comunicação de Operações sobre Valores Mobiliários Negociados em Bolsa – Regulamento de AGMVM nº6/2013 – Este diploma vem estabelecer os termos em que podem ser realizados fora de bolsa operações relativas à alienação de valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa, bem como, os termos em que os I.F. comunicam à bolsa as transações sobre valores mobiliários admitidos à negociação em bolsa efetuadas em mercado fora de bolsa. Caberá à Bolsa, pelo presente regulamento, divulgar no seu Boletim de Bolsa a informação recebida sobre essas transações realizadas fora de bolsa, enviando esta mesma informação recebida para o Sistema de difusão de informação da AGMVM.

VII. Supervisão Prudencial – AGMVM – Regulamento nº1/2012 e nos termos do artigo 23º, número 4 do Cod.M.V.M – Especificamente ao Governo da Bolsa (artigo 4º do Regulamento), enquanto entidade sujeita à supervisão, deve adotar mecanismos sólidos de governo das sociedades, proporcionais e adequadas à sua natureza e à complexidade das atividades que exerce, incluindo nomeadamente:

- Uma estrutura organizativa clara, com linhas de responsabilidade bem definidas, transparentes e coerentes;
- Processos eficazes de identificação, gestão, controlo e comunicação de riscos a que está ou possa estar exposta;
- Mecanismos adequados do controlo interno, incluindo procedimentos administrativos e contabilísticos sólidos e políticas e práticas de remuneração que promovam e sejam coerentes com uma gestão sã e prudente dos riscos.
- Necessidade, talvez, da criação de um Código de Governo das Sociedades, à semelhança do que tem sido práticas internacionais.
- Deverá ainda, no âmbito deste Regulamento, ser solicitado o registo na AGMVM, dos membros dos órgãos de administração, instruído uma série de elementos, previstos no artigo 7º, deste Regulamento.
- Um outro ponto ainda relativo às exigências do novo Código e do Regulamento acima mencionado, tem a ver com uma série de informações que deverão constar do Relatório anual detalhado a ser enviado à AGMVM até 31 de Março de cada ano (artigo 9º do Regulamento), trata-se de deveres de informação das entidades sujeitas à supervisão.



5.3 Marketing e relações públicas

No que concerne a Marketing e Relações Públicas, de realçar que o sucesso da atuação da Bolsa de Valores de Cabo Verde, naturalmente, é determinada pelo cumprimento cabal da sua missão e conquista dos seus propósitos e orientações, servindo às instituições, empresariais e públicas, como praça de capitalização, e aos investidores, individuais e coletivos, enquanto base sólida, credível e atrativa para realização dos seus investimentos. Ciente disto, o processo de comunicação e construção da imagem desta instituição se mostra fundamental para a garantia destes resultados.

Assim o ano de 2012 foi essencialmente marcado pela contratação da GreenStudio para elaboração e implementação de um Plano de Comunicação e Marketing institucional.

O referido Plano que a 31 de Dezembro estava em elaboração, além da Criação de um **gabinete marketing e comunicação**, deixou importantes recomendações a saber:

1. Plano de COMUNICAÇÃO INTERNA
2. Plano de COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL Notoriedade e Credibilidade Institucional
3. Plano de relacionamento ESCOLAS E UNIVERSIDADES
4. Participação FEIRAS E EVENTOS
5. Plano de Relacionamento com os MARKET MAKERS / Operadores de Bolsa
6. WEB & SOCIAL NETWORK
7. Plano e Política de RESPONSABILIDADE SOCIAL
8. Comemoração do ANIVERSÁRIO Bolsa de Valores de Cabo Verde
9. Proposta de Operacionalização do Programa Bolsa Live TV;
10. Proposta de Lançamento da Edição Revista InfoBolsa;
11. Plano de operacionalização do Manual de Normativos e Estacionário global da BVC;

Em termos concretos foram publicitados nos Mídias nacional (jornais impressos, jornais Online, TV, Rádio, entres outros meios, eventos realizados com destaque para as Sessões especiais de Bolsa e Formações:

- Emissão das obrigações da Electra,



- Emissão das obrigações da Tecnical,
- Emissão das obrigações da ASA,
- Formação em Corporate Governance feita em parceria com o Porto Business School,
- Eventos corporativos

Desenvolveu-se ainda no ano de 2012 uma campanha de Natal com distribuições de postais e brindes a parceiros, clientes e outros.

5.4 Informática

No que diz respeito a área informática, é de realçar sobretudo a **atualização de todo software central de mercados de valores mobiliários**, no âmbito da parceria/ contrato em vigor a 8 anos com a Finantech, que consistiu no reforço da parametrização, organização, integração dos dados introduzidos pelos intervenientes, produzidos e fornecidos pelo Sifox, com vista a uma melhor performance do mercado, relação com os operadores, bem como a própria satisfação dos clientes.

No final do ano procedemos a **atualização de todos os cabos de rede da instituição com vista a reforçar a segurança física dos equipamentos** que suportam a operacionalização da instituição assim como dos equipamentos que a compõe, prevendo também ainda a implementação do sistema VOIP um importante projeto da rede do estado desenvolvido pela NOSI no sentido da redução considerável dos custos de comunicação além duma maior facilidade na comunicação entre todos os utilizadores da rede.

Em termos de investimentos devido necessidade de reestruturação do mercado de capitais de Cabo Verde, procurando aproximar a Bolsa de Valores Cabo Verde (BVC) dos seus investidores através da oferta de novos serviços através de canais de acesso modernos e acessíveis, ao mesmo tempo perfeitamente seguros, dignamente através da Internet, ATM's e telemóveis, **verificou-se a pertinência da substituição do Servidor, pelo que foi adquirido junto da empresa AMG PORTUGAL um novo Servidor** cujas características foram avaliadas pelo nosso Técnico de Informática.

Igualmente, prevendo-se também a **integração da Nova plataforma de leilão de títulos da dívida pública** que passaram a ser negociados no mercado de capitais, juntamente procedemos



a aquisição de um novo equipamento UPS para uma maior prevenção e proteção contra perda de informações resultantes de possíveis quedas do sistema fruto de cortes constantes de eletricidade.

É de realçar a aquisição de 2 novos portáteis, uma impressora de rede, um projetor para assessoria nos trabalhos de pesquisa, projetos de formação e trabalhos internos, enfim para melhorar as condições de trabalhos internas. Por fim, destacamos alguns constrangimentos que verificaram-se a nível da distribuição de IPs para as várias máquinas, normalização do funcionamento do Sistema Biométrico, algumas subcargas de energia que levaram a queda de todo sistema interno.

5.5 Responsabilidade social

Numa base voluntária e visando contribuir para uma sociedade mais justa e digna e para um ambiente mais limpo, em 2012 a Bolsa de Valores, em parceria com a Direção Geral Do Plano, Ministério das Finanças e Planeamento apoiou, com 450 contos, a reabilitação de duas casas no bairro do Brasil, Achada Santo António, Cidade da Praia, através da Associação dos Amigos do Brasil situada no mesmo bairro. Em 2012 foi feita um desembolso de 270.000,00, sendo remanescente apenas com a apresentação do relatório dos trabalhos efetuados.

6. Situação Patrimonial e Investimentos

6.1 Situação Patrimonial

No final de 2012, a situação patrimonial manteve-se sensivelmente ao nível do ano anterior, não tendo as alterações patrimoniais ocorridas durante o exercício económico sido significativas, confirmando-se a tendência registada nos anos precedentes para a redução do valor do Imobilizado líquido, cerca de 4,8% face a 2011, uma vez que os acréscimos do valor do imobilizado bruto têm ficado aquém do valor do acréscimo das amortizações acumuladas (cerca de 5,5%, face a 2011).



No exercício económico de 2012 os Capitais Próprios cresceram cerca de 15,8% comparativamente com o do ano transato. Tendência positiva teve também o Resultado líquido por Ação que registou um aumento de cerca de 9,3% face a 2011.

QUADRO 19 - SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Descrição	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12
Activo (bruto+em curso)	133.724.345,00	141.790.134,00	146.784.534,00	149.781.510,00	2,0%
Amort. acumuladas	80.450.733,65	87.711.397,65	93.105.128,65	98.566.500,65	5,5%
Imobilizado líquido	53.273.611,35	54.078.736,35	53.679.405,35	51.215.009,35	-4,8%
Capitais Próprios	55.018.517,60	53.221.629,18	64.125.242,50	76.140.741,74	15,8%
Resul. Liq. por Ação	-225,14	-35,94	218,07	240,31	9,3%

6.1 Principais investimentos

No que concerne à rubrica Investimentos, é de destacar que o investimento global realizado pela BVC em 2012 situou-se nos **3.172.459,00** contra **1.635.495,00** registados no ano transato. Cerca de 80% do Valor dos Investimentos efetuados foram canalizados para a aquisição de um Novo Servidor visado maior estabilidade do Sistema informático, sendo o remanescente investido em atualizações do ERP Primavera para Versão V8 e equipamentos administrativos e materiais diversos.

7. Análise da Situação Económica e financeira

7.1 Situação Económica

Conforme o quadro infra, a Bolsa de Valores de Cabo tem apresentado uma estável situação económica, fruto de uma política crescente na redução dos custos e da estabilidade das receitas provenientes dos serviços de Custódia e manutenção anual na cotação dos títulos.



QUADRO 20 - SITUAÇÃO ECONÓMICA

Descrição	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12
Volume de Negócios	54.839.856,63	67.858.596,00	68.065.174,20	70.169.385,65	3,0%
FST	30.456.659,05	33.207.824,14	22.327.849,88	25.671.094,76	13,0%
Custo c/ Pessoal	29.337.356,00	29.403.529,28	23.144.842,00	19.442.780,00	-19,0%
EBITDA	-3.328.305,05	5.477.782,58	16.297.344,32	17.497.736,24	6,9%
Resultado líquido	-11.256.883,21	-1.796.888,42	10.903.613,32	12.015.499,24	9,3%

O exercício económico de 2012 encerrou com um volume de vendas de 70.169 contos, uma variação positiva de cerca de 3%, motivado pela realização de operações em mercado primário, e sobretudo pela Custodia mensal e manutenção anual na cotação com o aumento do número de empresas cotadas em Bolsa, fazendo com que o EBITDA fosse positivo e tivesse uma variação também positiva de cerca de 6,9% face a 2011.

FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ENTRE 2009 / 2012

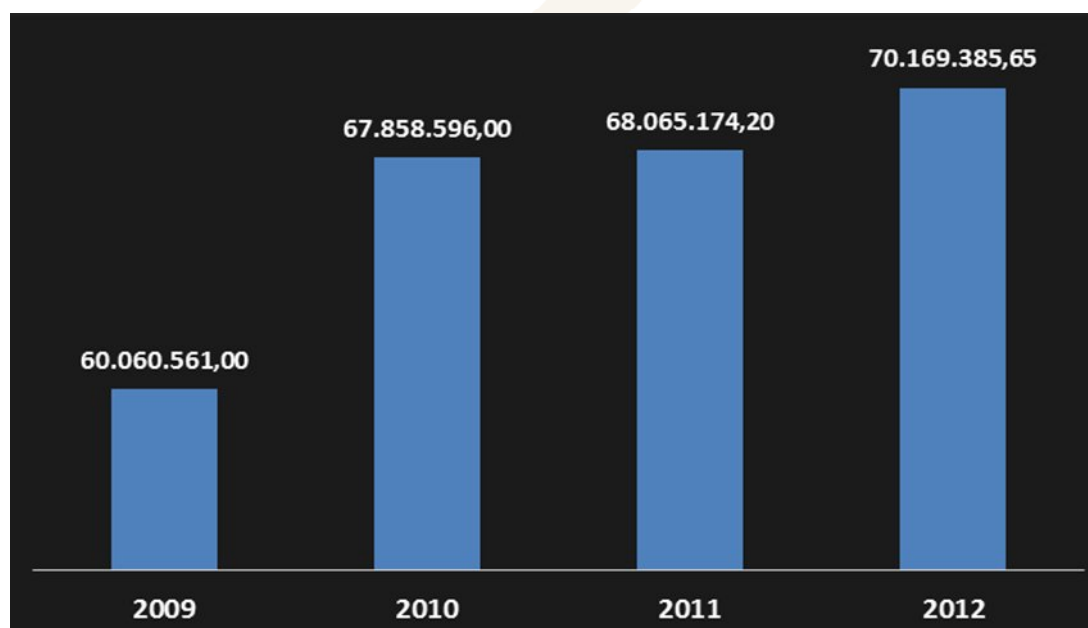
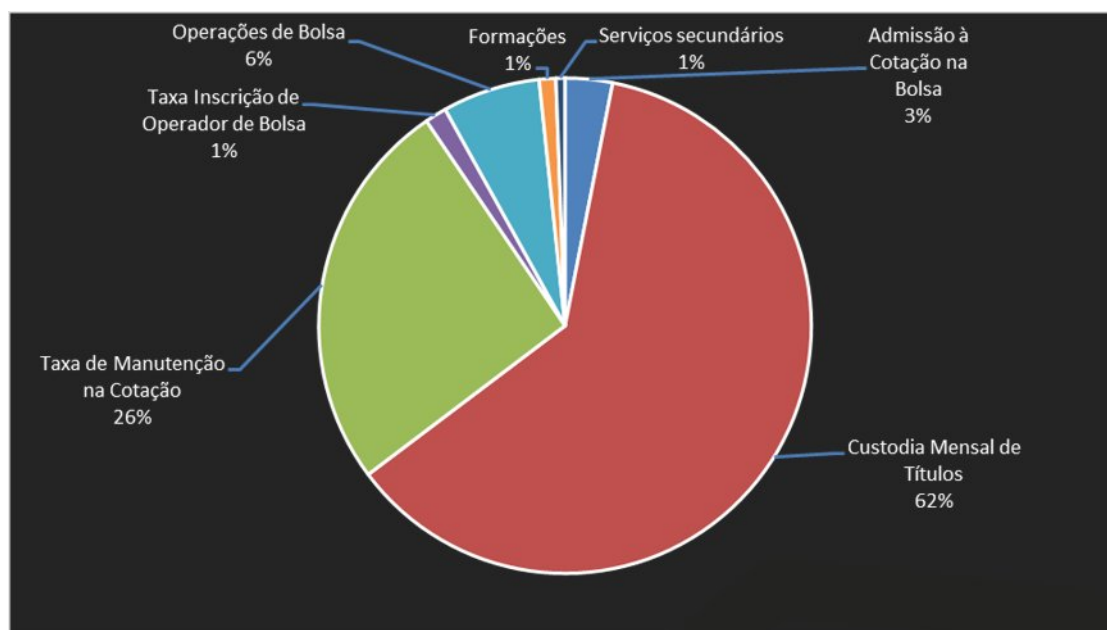




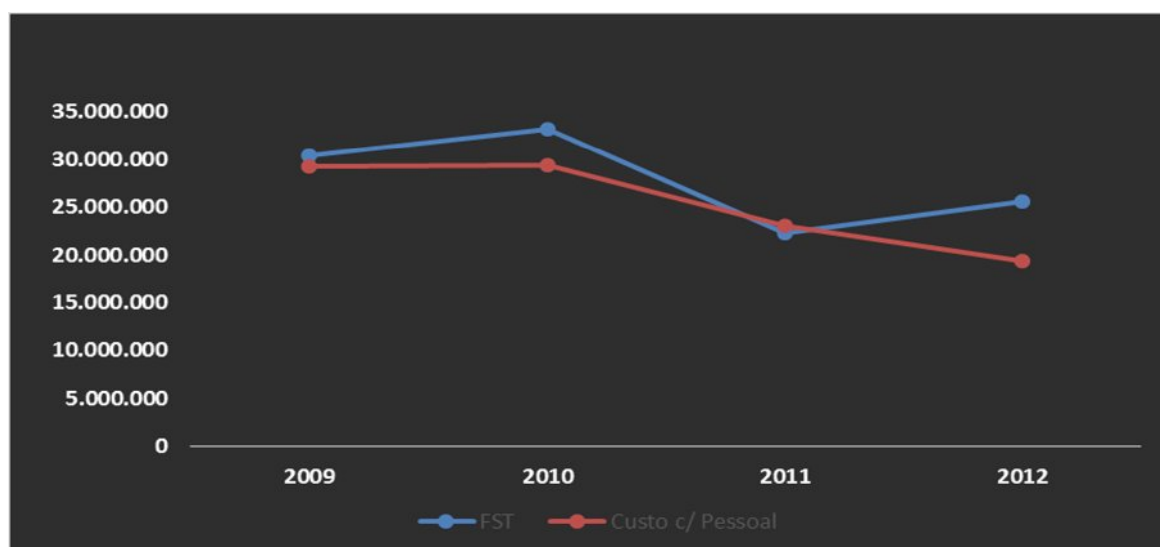
FIGURA 5 - REPARTIÇÃO DAS RECEITAS EM 2012



A manutenção do desempenho em termos de arrecadação de receitas contribuiu para um Resultado Líquido de 12.015 contos, uma variação de cerca de 9,3%, face ao exercício de 2011 (10.903 contos). Este resultado é explicado ainda pelo reduzido aumento dos custos com FST (13%), cerca de 13%. De realçar que este aumento deveu-se aos custos ligados a publicidade e propaganda que ascenderam a 3.678.109,00, um crescimento de cerca de 68% face a 2011.

Ainda relativamente aos Custos de realçar uma significativa redução dos custos com o pessoal, outra rubrica importante na estrutura dos custos, de cerca de 19% face ao ano anterior, explicada pela redução do número de efetivos que estiveram ao serviço da BVC em 2011 e 2012.

FIGURA 6 - EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS CUSTOS 2009/2012



7.2 Situação Financeira

A Situação financeira da BVC é igualmente estável, tendo em 2012 tido a rubrica do Ativo total um ligeiro aumento (cerca de 4,8%) e reduzido o Passivo em cerca de 97% face a 2011 fruto da boa situação da sua tesouraria. De realçar ainda o crescente auto das contas a receber e Clientes, que tiveram uma variação de cerca de 26% face a 2011, situação que deve ser dada uma atenção especial com vista à recuperação dos valores a receber, que já obrigaram a BVC a registar desde 2011 perdas por imparidades sobre clientes. Só em 2012, este valor ascendeu a 6.569.759,00.

De realçar ainda uma evolução positiva de cerca de 15,8% dos Capitais Próprios, fruto do ligeiro aumento dos Resultados líquidos face ao ano de 2011.

QUADRO 21 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2009	2010	2011	2012	Var. 11/12
Ativo líquido Total	63.209.545,10	68.995.543,68	80.358.123,00	84.371.721,24	4,8%
Imobilizado Líquido	53.273.611,35	54.078.736,35	53.679.405,35	51.215.009,35	-4,8%
Capitais Próprios	55.018.517,60	53.221.629,18	64.125.242,50	76.140.741,74	15,8%
Passivo Total	8.191.027,50	16.229.425,50	16.232.880,50	8.230.979,50	-97,2%
Exigível a Curto Prazo	8.191.027,50	16.229.425,50	16.232.880,50	8.230.979,50	-97,2%



Fornecedores e OCP (a)	4.418.028,00	11.119.898,00	11.509.440,00	4.095.957,00	-181,0%
Clientes	5.337.098,60	9.157.293,60	20.085.352,80	27.141.615,80	26,0%
Disponibilidades	694.838,87	4.397.678,73	3.812.294,85	3.770.581,09	-1,1%
Ativo corrente	9.935.933,75	15.372.318,33	26.678.717,65	33.156.711,89	19,5%
Resultado líquido	-11.256.883,21	-1.796.888,42	10.903.613,32	12.015.499,24	9,3%

(a) OCP = Outras Contas a Pagar

8. Governo de sociedade

8.1 Estrutura acionista e capital social

A Bolsa de Valores de Cabo Verde é uma Sociedade Anónima, de Capitais exclusivamente públicos com autonomia administrativa e financeira, com um Capital Social de 50.000.000,00 ECV e tem como único acionista o Estado de Cabo Verde.

8.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-Geral

A Assembleia Geral é composta pelos acionistas com direito a voto. A cada 100 ações corresponde a 1 voto em Assembleia geral.

A Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos de entre os acionistas presentes ou outras pessoas cujas faltas são supridas nos termos da lei:

- Presidente: Rosa Pinheiro
- Vice-presidente: Por ser eleito
- Secretário: Edmilson Mendonça (provisório)



Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral e é atualmente constituído por um Presidente e dois Administradores não Executivos:

- Presidente - Dr. Manuel Joaquim de Lima
- Administrador - Dr. Elias Monteiro
- Administradora - Dra. Esana Carvalho

8.3 Funcionamento do CA

O Conselho de Administração tem reuniões ordinárias e extraordinárias. As reuniões ordinárias têm lugar mensalmente, sendo que atualmente as reuniões têm lugar todas as últimas quintas-feiras de cada mês.

8.4 Remuneração dos membros do CA

As remunerações do Presidente e demais membros do Conselho de Administração são estabelecidos pelo Conselho de Ministros.

8.5 Fiscalização

As funções de fiscalização são atribuídas a empresas de Auditoria de reconhecida idoneidade. Atualmente a BVC tem como auditor externo a MFR - Sociedade Contabilistas Certificados, Lda., representado por Amílcar Melo.

9. Perspetivas futuras

Para o ano de 2013, prevê-se uma maior expansão das nossas atividades, traçando novos planos e dando continuidade àqueles que foram esboçados e iniciados no ano transato.



A grande aposta da BVC para 2013, consiste na negociação pela primeira vez dos títulos da dívida pública, ultrapassado que está o constrangimento tecnológico que vinha até à data, criando obstáculos a nível de interligação com o Banco Central, impedindo um fluxo maior e mais rápido de informações.

Continua-se apostando em 2013, no Projeto de Literacia Financeira, fortalecendo os contatos junto das Escolas e Universidades, cientes de que um fluxo incessante de informação versus educação junto dos jovens é essencial para proliferação de uma maior Cultura Financeira pois, esta é ainda embrionária neste seio.

Numa outra perspetiva, a Bolsa de Valores, aproveitando-se da mesma estratégia, pretende expandir ao mundo empresarial, visando neste caso, o engajamento à negociação em Bolsa. Para tal, pretende-se deslocar às outras ilhas, colocar-se em contacto com as empresas locais, ouvindo as suas dúvidas e preocupações e, aproveitando para articular possíveis financiamentos.

Embora consideremos que o nosso mercado de capital tem desenvolvido a passos largos, alcançando até as maiores práticas internacionais, ainda existem vários patamares a serem alcançados, entre os quais, o desenvolvimento do segmento acionista e a dinamização do mercado secundário, pontos fulcrais para afirmação e consolidação do mercado de capitais Cabo-Verdiano.

Perspetiva-se ainda, a médio e longo prazo, a criação de novos produtos financeiros, a regulamentação das figuras de Market Makers e dos Consultores de Investimentos

10. Proposta de aplicação de resultados

Ao abrigo do disposto no artigo 153º do Código de Empresas Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, no montante de 12.015.499,24 ECV seja transferido resultados transitados.



11. Assinaturas

Assinam o presente Relatório, os membros do CA vinculados à Instituição à presente data

Os Membros do Conselho de Administração:

Dr. Manuel Lima

(Presidente Conselho de Administração)

Dra. Elias Monteiro

(Administrador não Executivo)

Dra. Esana Carvalho

(Administradora não Executiva)

Praia, 25 abril de 13



Anexo 1. Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos
- Demonstração (individual ou consolidado) de alterações no capital próprio

**BALANÇO em 31 de Dezembro de 2012**

SNCRF	RUBRICAS	Escudo CV		
		Data de referência		
		31/12/2011	31/12/2012	
		NOTA	VALORES	VALORES
	ACTIVO			
	Activo não corrente			
43+452+454-459	Activos fixos tangíveis	03	48.321.828,95	45.892.306,95
431-4381-4391+4521+454x-459x	Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00
432-4382-4392+4522+454x-459x	Edifícios e outras construções		39.218.888,84	36.604.295,84
433-4383-4393+4523+454x-459x	Equipamento básico		0,00	0,00
434-4384-4394+4524+454x-459x	Equipamento de transporte		7.144.106,48	5.769.844,48
435-4385-4395+4525+454x-459x	Equipamento administrativo		1.926.256,63	3.491.605,63
436-4386-4396+4526+454x-459x	Equipamentos biológicos		0,00	0,00
437-4387-4397+4527+454x-459x	Outros activos fixos tangíveis		32.577,00	26.561,00
42+454-459	Propriedades de investimento		0,00	0,00
421-4281-4291+454x-459x	Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00
422-4282-4292+454x-459x	Edifícios e outras construções		0,00	0,00
426-4286-4296+454x-459x	Outras propriedades de investimento		0,00	0,00
44+453+454-459	Activos intangíveis	03	5.357.576,40	5.322.702,40
441-4481-4491	Trespasse (goodwill)		0,00	0,00
442-4482-4492+453x+454x-459x	Projectos de desenvolvimento		0,00	0,00
443-4483-4493+453x+454x-459x	Programas de computador		841.577,40	982.185,40
444-4484-4494+453x+454x-459x	Propriedade industrial		0,00	0,00
446-4486-4496+453x+454x-459x	Outros activos intangíveis		4.515.999,00	4.340.517,00
4111+4121+4131-419	Participações financeiras - metodo da equivalencia patrimonial,		0,00	0,00
4112+4122+4132+4141-419	Participações financeiras - outros metodos		0,00	0,00
25	Accionistas/socios		0,00	0,00
	total do activo não corrente		53.679.405,35	51.215.009,35
	Activo corrente			
31+32+33+34+35+36+37	Inventarios		0,00	0,00
31	Activos biológicos		0,00	0,00
32	Mercadorias		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermedios		0,00	0,00
211+212+216-219	Cientes	04	20.085.352,80	27.141.615,80
228-229+2613-269	Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
24	Estado e outros entes publicos	10	82.561,00	82.561,00
253+258-259	Accionistas/socios		0,00	0,00
272+273+278-279+2621+268-269	Outras contas a-receber	05	2.630.625,00	1.786.011,00
281	Diferimentos	16	67.884,00	375.943,00
1511+1521	Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
1531	Outros activos financeiros		0,00	0,00
11+12+13+14	Caixa e depositos bancarios	06	3.812.294,85	3.770.581,09
	Total do activo-corrente		26.678.717,65	33.156.711,89
	Total do activo		80.358.123,00	84.371.721,24
	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
	Capital proprio	07	64.125.242,50	76.140.741,74
51+251-252	Capital realizado		50.000.000,00	50.000.000,00
52	Acções (quotas) proprias		0,00	0,00
53	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital proprio		0,00	0,00
54	Prémios de emissao		0,00	0,00
581	Reservas legais		0,00	0,00
588	Outras reservas		36.651.498,00	36.651.498,00
56	Excedentes de revalorização		0,00	0,00
55	Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
57	Outras variações no capital proprio		0,00	0,00
591	Resultados transitados		-33.429.868,82	-22.526.255,50
593	Resultado liquido do periodo		10.903.613,32	12.015.499,24
	Total do capital proprio (antes de interesses minoritarios)		64.125.242,50	76.140.741,74
	Interesses minoritarios		0,00	0,00
	Total do capital proprio		64.125.242,50	76.140.741,74
	PASSIVO			
	Passivo nao corrente			
29	Provisões		0,00	0,00
23	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
263	Responsabilidades por beneficios pós-emprego		0,00	0,00
2642	Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
277+2611+2612+265	Outras contas a pagar		0,00	0,00
	Total do passivo não corrente		0,00	0,00
	Passivo corrente			
221+222+225+226	Fornecedores	08	4.309.228,00	2.993.052,00
218+266	Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
24	Estado e outros entes publicos	10	4.723.440,50	4.135.022,50
254+255+258	Accionistas/socios		0,00	0,00
23	Financiamentos obtidos		0,00	0,00
271+276+278+2611+2612+2622+268	Outras contas a pagar	09	7.200.212,00	1.102.905,00
1512+1522	Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
1532	Outros passivos financeiros		0,00	0,00
	Diferimentos	16	0,00	0,00
	Total do passivo corrente		16.232.880,50	8.230.979,50
	Total do passivo		16.232.880,50	8.230.979,50
	Total do capital próprio e do passivo		80.358.123,00	84.371.721,24
O Técnico Oficial de Contas		O Conselho de Administração		
/João Claude Lopes Pereira/		/Manuel Lima/ /Elias Monteiro/ /Esana Carvalho/		



Demonstração dos Resultados por Natureza

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012

SNCRF	RENDIMENTOS E GASTOS	Escudo CV		
		PERÍODO		
		2011		2012
		NOTA	VALORES	VALORES
71+72	Vendas e Prestações de serviços	11	68.065.174,20	70.169.385,65
74	Subsidios a exploração		0,00	0,00
785-685	Ganhos/perdas imputados de subsidiarias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
614	Variação nos inventarios de produção		0,00	0,00
73	Trabalhos para a propria entidade		0,00	0,00
-61 (Excepto 614)	Gasto com mercadorias vendidas e materias consumidas		0,00	0,00
	Resultado operacional bruto		68.065.174,20	70.169.385,65
-62	Fornecimentos e servicos externos	12	22.327.849,88	25.671.094,76
	Valor acrescentado bruto		45.737.324,32	44.498.290,89
-63	Gastos com o pessoal	13	23.144.842,00	19.442.780,00
-652+7622	Ajustamentos de inventarios (perdas/reversoes)		0,00	0,00
-651+7621	Imparidade de dividas a receber (perdas/reversoes)		4.258.457,00	6.569.759,00
-67+763	Provisoes (aumentos/reducoes)		0,00	1.101.961,00
-653-657-658+7623+7627+7628	Imparidade de activos nao depreciaveis/amortizaveis (perdas/reversoes)		0,00	0,00
77-66	Aumentos/redugoes de justo valor		0,00	0,00
78 (excepto 785)+7918+7928+7988	Outros rendimentos e ganhos	24	668.798,00	1.059.168,00
-68(excepto685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	14	2.705.479,00	945.222,65
	Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		16.297.344,32	17.497.736,24
-64+761	Gastos/Reversoes de depreciacao e de amortizacao	03	5.393.731,00	5.461.373,00
-654-655-656+7624+7625+7626	Perdas/reversoes por Imparidade de activos depreciaveis/amortizaveis		0,00	0,00
	Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		10.903.613,32	12.036.363,24
7911+7921+7981	Juros e ganhos similares Obtidos		0,00	0,00
-6911-6921-6981	Juros e perdas similares suportados		0,00	20.864,00
	Resultado antes de Imposto		10.903.613,32	12.015.499,24
	Imposto sobre o rendimento do periodo	15	0,00	0,00
	Resultado liquido do periodo		10.903.613,32	12.015.499,24
O Técnico Oficial de Contas		O Conselho de Administração		
/João Claude Lopes Pereira/		/Manuel Lima/ /Elias Monteiro/ /Esana Carvalho/		



Demonstração de Fluxos de Caixa

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2012

RUBRICAS	Escudo CV		
	PERÍODO		
	2011	2012	
	NOTA	VALORES	VALORES
Metodo Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		54.647.607,00	59.046.142,65
Pagamentos a fornecedores		555.437,00	5.701.073,00
Pagamentos ao pessoal		23.140.590,00	18.388.441,00
Caixa gerada pelas operações		30.951.580,00	34.956.628,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		21.954.630,88	31.546.591,41
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		8.996.949,12	3.410.037,24
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis		1.483.235,00	2.918.395,00
Activos intangíveis		3.503.542,00	254.064,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	258.428,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsidios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-4.986.777,00	-3.430.887,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	1.050.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital proprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		0,00	1.050.000,00
Juros e gastos similares		0,00	20.864,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital proprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	-20.864,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.010.172,12	-41.713,76
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		3.942.167,73	3.812.294,85
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		3.812.294,85	3.770.581,09
O Técnico Oficial de Contas	O Conselho de Administração		
/João Claude Lopes Pereira/	/Manuel Lima/	/Elias Monteiro/	/Esana Carvalho/



Demonstração (Individual ou consolidado) de alterações no capital próprio
Período Compreendido entre 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária

ECV

Descrição	Notas	Capital Realizado	Ações (Quotas Próprias)	Prestações suplementares e outros instrumentos financeiros de capital próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.651.498,00	0,00	0,00	0,00	-33.429.868,82	10.903.613,32	64.125.242,50	0,00	64.125.242,50
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO															
Resultado líquido do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.015.499,24	12.015.499,24	0,00	12.015.499,24
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações nas políticas contabilísticas e as correcções de erros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Extensivo	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.015.499,24	12.015.499,24	0,00	12.015.499,24
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realização de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.903.613,32	-10.903.613,32	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações com detentores de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OPERAÇÕES	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.903.613,32	-10.903.613,32	0,00	0,00	0,00
...		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2010	4	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.651.498,00	0,00	0,00	0,00	-22.526.255,50	12.015.499,24	76.140.741,74	0,00	76.140.741,74

A Administração

O Técnico Oficial de Contas,

/Manuel Lima/

/Elias Monteiro/

/Esana Carvalho/

Anexo 2. Notas às Contas²

Bolsa de Valores de Cabo Verde é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos de 50.000.000,00 dividido em 50.000 ações nominativos de 1.000,00 cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado, cujo objeto é a realização de operações sobre valores mobiliários. Tem o Número de Identificação Fiscal (NIF) 252481976 e está registada na Conservatória dos registos Comercial e Predial de Praia sob nº 2002/2006/03/21.

À luz dos seus Estatutos, publicados no Boletim Oficial nº 13 I Série de 02/04/2007, a Bolsa de Valores de Cabo Verde, SA tem por objeto social gerir o mercado de bolsa e dos sistemas de negociação de valores mobiliários, gerir sistema centralizado de registo de valores mobiliário, gerir sistemas de liquidação de valores mobiliários e atuar como agência nacional de codificação, gerir sistema centralizado de registo de valores escriturais etc., podendo dedicar-se a também a outras atividades afins, conexas ou complementares relacionada com o seu Objeto Social.

A empresa pode, ainda, criar e manter departamentos, de carácter científico e técnicos tornados necessários ou convenientes à melhor realização do objeto social.

NOTA 00 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consta dos diplomas que se seguem:

- Portaria n.º3/84 de 28 de Janeiro de 1984 - Regulamenta taxas de reintegrações e amortizações;

² Este anexo foi preparado pela Exaconta, Lda representado pelo Sr. Jean Claude Pereira, pelo Técnico Oficial de Contas.

- Portaria nº53/88 de 31 de Dezembro de 1988 – Regulamenta o limite para provisões existências e clientes;
- Decreto-Lei nº5/2008 de 04 de Fevereiro de 2008 – Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF);
- Portaria n.º 49/2008 de 29 de Dezembro de 2009 – Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro;
- Despachos normativos n.º 1/2008 a 26/2008, publicados no B.O. n.º 48 – 3º Sup. de 29 de Dezembro de 2008 – Estrutura Conceptual do SNCRF (DN1), Apresentação das Demonstrações Financeiras (DN2), Fluxos de Caixa (DN3), Políticas Contabilísticas (DN4) e Directrizes Específicas (DN5 a DN26).
- Decreto-Lei nº5/2008: Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, (SNCRF) 04 De Fevereiro de 2008
- Diplomas relativos ao SNCRF de 29 De Dezembro de 2008

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS, DERROGAÇÃO E COMPARABILIDADE

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações/activos intangíveis e amortizações

a) Activos Fixos Tangíveis e depreciações

Os activos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor, acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade, caso houver (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que

benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.

As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Terrenos e recursos naturais	Vida útil ilimitada
Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	16,66% - 20%
Equipamento de transporte	12,5% - 20%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	4,5% - 25%
Outros activos tangíveis	10% - 25%

b) Activos intangíveis e amortizações

Os activos intangíveis compreendem programas de computador e projectos de desenvolvimento do novo website e plataforma de leilões.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de actividade operacional, ao longo de três anos.

As taxas de amortização praticadas são de 33,33% para os programas de computador e 20% para os projectos de certificação.

c) Investimentos em curso

São mensurados ao custo de aquisição e transferidos para o activo fixo tangível ou activo intangível logo que disponíveis para utilização na actividade da sociedade.

1.2 Imparidade de Activos

Caso existam, os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a depreciação, mas são objecto de testes de imparidade anuais.

Os activos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente circunstâncias de eventual perda ou fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.3 Inventários e ajustamentos

Anualmente os inventários são determinados com base em contagens físicas efectuadas com referência a 31 de Dezembro, confirmativas do constante do Sistema de Inventário Permanente das existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo e de produtos acabados e intermédios. São igualmente inventariados os produtos e trabalhos em curso.

Os critérios valorimétricos dos inventários, adoptados consistentemente ao longo dos exercícios, são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor acrescido das despesas de compra. O imposto de consumo entra para o cálculo do preço das mercadorias importadas.
- Produtos acabados e intermédios - valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos directos e indirectos de transformação.
- Os produtos e trabalhos em curso são valorizados considerando os custos fabris directos e indirectos correspondentes à fase de fabrico em que se encontram.

O custeio dos consumos é determinado segundo o método do Custo Médio Ponderado.

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Escudos, utilizando as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2011, publicadas pelo Banco de Cabo Verde.

O ajustamento de inventário é calculado com base em critérios técnico-comerciais (ver Nota 4).

1.4 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e outros devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Nota 8).

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.5 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

Caso existam, as prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.6 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos,

eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25%.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que o resultado fiscal de 2008 a 2011 pode ainda vir a ser corrigido.

Os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de três anos, após a sua ocorrência, e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Os impostos diferidos são classificados como activo ou passivo não corrente.

1.7 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável de recursos incorporando benefícios económicos, venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.8 Reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes das vendas e das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador ou o serviço contratado é prestado.

A quantia do rédito é o valor nominal de caixa ou seus equivalentes recebidos ou a receber. Não são acordados diferimentos do pagamento nem condições especiais de financiamento, ocorrendo o recebimento em prazos em que se mostra adequado o reconhecimento pelo valor nominal de cada transacção.

1.9 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa.

(i) Risco cambial

O risco cambial é muito reduzido, dado que existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, essencialmente, efectuadas as compras e vendas ao estrangeiro. As vendas são essencialmente realizadas em Cabo Verde.

(ii) Risco da taxa de juro

As taxas de juro são as correntes e não foi utilizado qualquer derivado, por se entender não existir risco relevante.

(iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites e condições de crédito para os clientes e sendo a quase totalidade das vendas para entidades públicas de Cabo Verde, não se considera existir risco de crédito para essas entidades. O risco de crédito mais significativo relaciona-se com vendas à crédito efectuadas à particulares, mas não é relevante.

(iv) Risco de liquidez

Contudo, considerando os fluxos de caixa, não existe risco de liquidez previsto.

1.12 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

As transacções em moeda estrangeira foram efectuadas, essencialmente, em Euros, cuja paridade para Escudos é fixa (1 Euro equivale a 110\$265).

1.13 Especialização de exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

1.14 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.15 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente quanto aos eventos futuros em que se

acredita ser expectável virem a ocorrer considerando o melhor conhecimento presente e a evolução prevista face às circunstâncias.

1.16 Derrogações

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNCRF.

1.17 Comparabilidade

As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNCRF. Os reconhecimentos foram consistentes.

NOTA 02 – FUXOS DE CAIXA

Recebimentos de clientes:

A política da empresa é de calcular os valores dos recebimentos de clientes, com explicitação de imposto sobre o valor acrescentado dos quais se destacam Bancos Direcção Geral do Tesouro, Electra, Enacol, Asa, Tecnicil, Sogei, IFH, Cabo Verde Fast Ferry, etc.....

Outros recebimentos/pagamentos

Inclui pagamentos e vários, dos quais se destacam os que foram efetuados a despachantes, Instituto Nacional de Previdência Social, Alfândega de Praia, Electra, Cabo Verde Telecom, RTC, A Semana, Finantech etc.

Caixa e seus equivalentes

Para efeitos de demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Caixa e seus equivalentes detalham como se segue:

	Caixa	Depósitos à ordem
Em 31-12-2011	0,00	3.812.294,85
Em 31-12-2012	0,00	3.770.581,09

A decomposição de caixa e depósitos bancárias em 31/12/2012 consta da nota 10 do presente anexo.

NOTA 03 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

03.1 – Activos Fixos Tangíveis (incluindo AFT em curso)

<i>Descrição</i>	<i>Terrenos e recursos naturais</i>	<i>Edifícios e outras construções</i>	<i>Equipamento básico</i>	<i>Equipamento de transporte</i>	<i>Equipamento administrativo</i>	<i>Outros activos fixos tangíveis</i>	<i>Imobilizado em curso</i>	<i>Total</i>
Activos Fixos Tangíveis								
Activo bruto:								
Saldo inicial		65.364.818,00	0,00	12.001.761,00	41.556.851,00	60.163,00		117.348.098,00
Aquisições				0,00	2.918.395,00			1.365.495,00
Reavaliação								
Transf.Activos em curso								
Alienações e abates								
Saldo final		65.364.818,00	0,00	12.001.761,00	44.475.246,00	60.163,00	0,00	118.713.593,00
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial		26.145.929,16	0,00	4.857.654,52	39.630.594,37	27.586,00		65.381.489,05
Depreciação do exercício		2.614.593,00		1.374.262,00	1.353.046,00	6.016,00		5.280.275,00
Alienações e abates								
Saldo final		28.760.522,16	0,00	6.231.916,52	40.983.640,37	33.602,00	0,00	70.661.764,05
Valor líquido		36.604.295,84	0,00	5.769.844,48	3.491.605,63	26.561,00	0,00	48.321.828,95

03.2 – Activos Intangíveis (incluindo os A.I. em curso)

<i>Descrição</i>	<i>Outros activos intangíveis</i>	<i>Activos intangíveis em curso</i>	<i>Total</i>
Activo bruto:			
Saldo inicial	3.926.000,00	4.515.999,00	8.441.999,00
Aquisições	254.064,00	258.428,00	512.492,00
Correcções		(433.910,00)	(433.910,00)
Alienações e abates			
Saldo final	4.180.064,00	4.340.517,00	8.520.581,00
Amortizações acumuladas:			
Saldo inicial	3.084.422,60		3.084.422,60
Amortização do exercício	113.456,00		113.456,00
Correcções			
Alienações e abates			
Saldo final	3.197.878,60		3.197.878,60
Valor líquido	982.185,40	4.340.517,00	5.322.702,40

O valor de 4.340.517,00 corresponde a diversos pagamentos efectuados a fornecedor Compta, Sa para desenvolvimento do novo site de Bolsa de Valores de Cabo Verde e duma plataforma de leilões.

NOTA 04 – CLIENTES

O saldo da rubrica clientes no montante de 27.141.615,80 corresponde a dívidas à receber respeitantes a diversas vendas a crédito. Decompunha-se como se segue:

IFH-Imobiliária Fundiária e Habitação	1.545.000,00
Enacol	6.243.750,00
Banco Interatlântico	-250.000,00
Electra, Sarl	409.118,00
Técnicil Imobiliária, Sa	11.108.372,80
Cese-Estudos e Consultoria	15.000,00
Sogei-Sociedade de Gestão Imobiliaria	4.386.000,00
CVFF-Cabo Verde Fast Ferry	12.901.250,00
Direcção Geral do Tesouro	116.196,00

Câmara Municipal da Praia	141.250,00
Mahot-Minist.Ambiente, Habitação	17.250,00
DGA	40.250,00
MITM-Direcção Geral das Industrias	20.000,00
CMSC-Camara Municipal de S.Cruz	30.000,00
Loid Engenharia, Sa	20.000,00
ASA-Aeroporto e Segurança Aérea	450.000,00
Técnicil Indústria, Sa	75.000,00
SCT-Sociedade Caboverdiana de Tabacco	43.620,00
Outros	546.525,00

Foram reconhecidas no exercício perdas por imparidade em clientes no montante de 6.569.759,00, atendendo que foram identificados factores de risco de cobrança e apesar de ainda não existir um contencioso e são os seguintes:

Entidades	Dividas em 31/12/2012	Idade da divida em meses	% a considerar	
C.V.Fast Ferry	13.012.500,00	27	30%	3.903.750,00
Tecnici Imob.	11.108.372,80	12	24%	2.666.009,00

NOTA 05 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica no montante de 1.786.011,00 decompunha-se da seguinte forma:

Adiantamentos ao pessoal	1.497.103,00
Câmara Municipal de Ribeira Grande	163.250,00
Clínica Odonto-Estomatolôgia	18.667,00
Andremo e AMG Pedro Amarin	99.491,00
Caução de Agua de Cabo Verde	7.500,00

NOTA 06 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

BCA Nº 74211209	37.293,00
BIA Nº 25165691	142.092,85
BCA Nº 67856254	1.310.154,00
CECV Nº 11588315	54.599,00
BCN Nº 10520411	193.635,00

BCV	1.689.105,00
BIA CARTÃO VISA	26.759,79
BAI	224.512,45
BCA Nº 652178541	90.212,00
BCA Nº 744058881	2.218,00
Total	3.770.581,09

NOTA 07 – CAPITAL PRÓPRIO

O capital da sociedade, integralmente subscrito e realizado, 50 milhões de escudos. Por acumulação de reservas e resultados não distribuídos, os capitais atingiram em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 os montantes de 76.146 contos e 64.125 contos, respectivamente.

NOTA 08 – FORNECEDORES

O saldo da Fornecedores, a 31 de Dezembro de 2012 decompunha-se como se mostra abaixo:

Cabo Verde Telecom, Sa	363.453,00
RTC/TCV	236.437,00
Finantech	484.944,00
Electra, Sa	181.544,00
Porto Business School	948.279,00
Exaconta, Lda	276.000,00
MFR – Audit, Lda	200.000,00
Green Studio	287.500,00
Outros	14.895,00
Total	2.993.052,00

NOTA 09 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo da rubrica Outras contas a pagar, a 31 de Dezembro de 2012, decompunha-se como se mostra abaixo:

Adiantamento por gastos com pessoal	944,00
-------------------------------------	--------

Acréscimos por férias e subsídio	1.101.961,00
Total	1.102.905,00

NOTA 10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

10.1 – Activo Corrente

O valor que no Balanço consta do activo corrente em Estado e outros entes públicos (82.561) refere-se a crédito de Imposto único sobre rendimento obtido nos anos anteriores nos depósitos á prazo.

10.2 – Passivo Corrente

O valor que no Balanço consta do Passivo Corrente em Estado e outros entes públicos (4.135.022,50) refere-se a:

IUR – Retenções na fonte	3.663.522,50
INPS – Contribuições	310.475,00
IVA – Imposto sobre valor acrescentado	161.025,00
	4.135.022,50

NOTA 11 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O saldo em 31 de Dezembro, decompunha-se como se mostra abaixo:

Admissão à cotação na Bolsa	2.175.000,00
Custódia mensal de títulos	43.258.725,00
Taxa de manutenção na cotação	18.060.276,00
Taxa inscrição de operador	1.000.000,00
Operações de bolsa	4.492.134,65
Formação	765.000,00
Alugueres de salas	418.250,00
Total	70.169.385,65

Do total de vendas e prestações de serviços, 70.169.385,65 correspondem a prestações de serviços.

NOTA 12 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” a 31 de Dezembro, decompunha-se da seguinte forma:

	2012	2011
<u>Fornecimentos de Terceiros</u>		
Água	150.198,00	202.105,00
Electricidade	1.719.104,00	1.892.778,00
Comb.e Outros Flúidos	551.182,00	614.504,00
Mat.de Cons.e Reparação	875.798,00	3.025.512,00
Ferramentas e Ut..de Desg.Rápido	30.651,00	5.451,00
Material de Escritório	509.297,00	126.335,00
Publicidade e Propaganda	3.678.109,00	1.176.871,00
Livros e Documentação Técnica	28.679,00	23.527,76
Limpeza, Higiene e Conforto	77.902,00	55.502,00
Café, Açúcar, Chá e Outros	19.702,00	28.771,00
Rendas e Alugueres	11.041,00	0,00
Despesas de Representação	89.170,00	41.360,00
Comunicação	960.633,00	2.201.204,00
Seguros	510.740,00	533.349,00
Vigilância e Segurança	1.073.045,00	905.740,00
Serviços Especializados	476.000,00	476.000,00
Estudos e Parecer	0,00	132.318,00
Serviços Informáticos	6.414.462,00	5.864.121,00
Transporte Inventários	22.600,00	10.371,00
Deslocação e Estadas	2.042.774,86	1.920.091,41
Comissões	0,00	0,00
Honorários	5.611.891,00	2.562.780,00
Contencioso e Notariado	2.600,00	0,00
Serviços Bancários	293.228,90	236.025,71
Transporte do Pessoal	16.443,00	6.261,00
Equipamentos de baixa valor	41.361,00	34.190,00
Artigos para oferta	293.753,00	35.000,00
Outros Fornecimentos Diversos	193.330,00	217.682,00
TOTAL	25.671.094,76	22.327.849,88

NOTA 13 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica decompunha-se da seguinte forma:

2012	2011
------	------

<u>Remunerações dos órgãos soc</u>	8.090.400,00	8.090.200,00
<u>Ordenados e salários</u>	4.785.240,00	8.478.941,00
<u>Encargos com o pessoal</u>	1.722.792,00	2.263.481,00
<u>Seguro de acidente de trabalho</u>	21.429,00	9.315,00
<u>Gastos de acção social</u>	256.340,00	22.070,00
<u>Subsídio de Férias</u>	1.444.770,00	1.221.160,00
<u>13º Mês</u>	1.082.970,00	0,00
<u>Indemnização</u>	422.727,00	250.833,00
<u>Subsídio de alimentação</u>	0,00	28.600,00
<u>Premio e incentivos</u>	581.000,00	1.264.000,00
<u>Outras remunerações</u>	40.000,00	00
<u>Formação</u>	995.112,00	1.516.242,00
TOTAL	19.442.780,00	23.144.842,00

NOTA 14 – OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo da rubrica Outros Gastos e Perdas de 945.222,65 decompunha-se da seguinte forma:

Impostos directos e indirectos	82.533,00
Donativos p/mecenato	305.700,00
Quotizações	60.355,00
Custos inaceitáveis p/efeitos fiscais (a)	441.334,65
Taxas	51.084,00
Perdas de financiamentos – Outros juros	4.216,00
TOTAL	945.222,65

(a) Correções relativas ao ano anterior, multas e outras penalidades e outros não justificados.

NOTA 15 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Com a publicação do Decreto-Lei número 1/96 de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que nos termos do referido Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado. Tendo em conta a Bolsa de Valores acumulou nos anos anteriores resultados negativos bastante elevados, não se procedeu a qualquer pagamento do Imposto.

NOTA 16 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGIME DE ACRÉSCIMO

Diferimento de Gastos

(Tipo de movimento)	(nº e nome da conta (quadro contas))	Valor	(obs)
Diferimentos	281 - Gastos à Reconhecer	375.943,00	1)
Débito			
Total de acréscimo de gastos		375.943,00	

Observações/justificação dos movimentos

1)	Garantia ST 84 JK referente a ano 2013	34.311,00	
1)	Impar ST 43 NB referente a 01/01-09/03/2013	13.497,00	
1)	Impar ST 49 LC referenda a 01/01-07/02/2013	5.492,00	
1)	Impar 01/01-30/06/2013	277.643,00	
1)	Unitel T+ recarga do mês de Janeiro 2013	37.000,00	
1)	A Semana renovação assinatura jornal do ano 2013	8.000,00	

NOTA 17 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS

A data de 31 de Dezembro de 2012, Bolsa de Valores de Cabo Verde não tinha passivos contingentes nem compromissos não reconhecidos.

NOTA 18 – REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO SOBRE REVALORIZAÇÃO

Não foram efectuadas revalorizações de activos fixos tangíveis.

Nota 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de Abril de 2013. No período que decorreu entre 31/12/2012 e 10/04/2013 não foram detectadas quaisquer situações que impliquem o reconhecimento de alterações às demonstrações financeiras reportadas a 31/12/2012.

NOTA 20 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A data de 31 de Dezembro não havia divulgações exigidas por diplomas legais a que a Empresa estivesse sujeita.

NOTA 21 – OUTRAS INFORMAÇÕES CUJAS DIVULGAÇÕES SEJAM CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

Consideramos que as informações que constam das demonstrações financeiras são as relevantes para a compreensão da posição financeira em 31 de Dezembro de 2012 e do desempenho no exercício de 2012.

O Técnico Oficial de Contas

/João Claude Lopes Pereira/